

## O KOSOVO E A COMUNIDADE INTERNACIONAL

### **Kosovo: o legado da História**

#### **Pedro Aires Oliveira**

Docente no Curso de Relações Internacionais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

As Guerras da Secessão Jugoslavas (1991-1995) primeiro, e o mais recente conflito entre sérvios e albaneses no Kosovo depois, desencadearam um intenso debate em torno das causas da violência que assola a península balcânica desde o início da década. Simplificando muito, pode dizer-se que esse debate oscilou inicialmente entre dois paradigmas interpretativos. Um deles via nos «antigos ódios étnicos», forjados no período otomano e congelados pelo regime comunista de Tito, o principal motivo da destruição da Jugoslávia multiétnica e concluía que os líderes nacionalistas das repúblicas se haviam limitado a dar expressão política aos irremediáveis sentimentos xenóbofos das respectivas tribos. Durante a fase mais aguda da crise bósnia, esta teoria gozou de grande acolhimento nas chancelarias ocidentais, que até 1995 a invocaram repetidamente para se absterem de uma intervenção mais enérgica nos assuntos da antiga Jugoslávia.

A segunda interpretação enjeitava a ideia de uma «mentalidade balcânica» especialmente belicosa e argumentava que durante séculos os povos da região foram capazes de desenvolver relações de boa vizinhança e cooperação, pelo que a responsabilidade dos recentes conflitos deveria ser imputada em exclusivo aos dirigentes nacionalistas que ocuparam o vácuo ideológico resultante do colapso do comunismo e se dedicaram à edificação de Estados etnicamente «puros».

A investigação jornalística e académica mais recente veio porém introduzir novos elementos de análise que refinam consideravelmente estas leituras. Diversos autores sublinham a condição irredentista de grande parte dos nacionalismos que se afirmaram na periferia dos impérios Austro-Húngaro e Otomano, salientam a conexão entre os problemas económicos dos Estados balcânicos e a adopção de estratégias nacionalistas para superá-los, notam a fragilidade das tradições cívicas e democráticas, e referem a interferência persistente de países mais poderosos nos assuntos da região. Assim sendo, a destruição da Jugoslávia vinha afinal seguir o padrão de anteriores cataclismos balcânicos: elites nacionalistas imbuídas de projectos de engrandecimento territorial, envolvimento activo de potências estrangeiras, rectificações de fronteiras acompanhadas de operações de limpeza étnica.

E quanto ao caso específico do Kosovo? Não terão a língua, a religião e um passado de lutas ferozes desempenhado um papel crucial na escalada do conflito? Por outras palavras, não será a tese dos «antigos ódios étnicos» o ângulo de análise mais pertinente para compreender as causas do antagonismo entre albaneses e sérvios no Kosovo? Esta é uma das questões que serve de mote ao presente artigo, o qual procurará também identificar e analisar alguns dos argumentos mais insistentemente utilizados por albaneses e sérvios quando pretendem legitimar as suas reivindicações sobre o território.

### **A querela das origens**

É de alguma forma sintomático que até mesmo a origem remota dos albaneses – reconhecidamente o povo mais antigo do Kosovo – se tenha convertido numa disputa académica onde os argumentos científicos frequentemente se misturam com preconceitos de tipo nacionalista<sup>1</sup>.

Desde que estas questões começaram a obcecar os historiadores, arqueólogos e etnógrafos balcânicos a partir de meados do século xix, os albaneses insistiram sempre que descendiam dos ilírios, nome atribuído pelos gregos e romanos ao povo que ocupava o território bordejado pelo Adriático e delimitado pelo Epiro no Sul, pela Macedónia no Sudeste e pela Ístria no Norte. Como algumas das regiões abrangidas pela antiga Ilíria eram reivindicadas pela Sérvia (o Kosovo, por exemplo), os académicos nacionalistas sérvios empenharam-se em difundir uma teoria alternativa: a população albanesa afinal descendia não apenas dos ilírios mas de uma complexa mistura de povos (trácios, dardânios) que habitara os Balcãs ocidentais durante os períodos clássico e medieval. De acordo com esta tese, pequenas comunidades albanesas teriam efectivamente vivido no Kosovo e na Albânia até ao início do século vi d.C., mas a chegada das aguerridas tribos eslavas (de onde emergiriam depois os croatas e sérvios) tê-las-ia forçado a procurar refúgio nas zonas mais montanhosas da Albânia. O seu regresso ao Kosovo iria verificar-se apenas aquando da ocupação otomana dos Balcãs, no século xiv. Sob a protecção do Islão, os albaneses teriam então começado a expandir-se demograficamente, mas só a partir do século xvii, aproximadamente, é que lograriam igualar os eslavos nesse plano. Não obstante, é importante assinalar que tanto albaneses como sérvios tendem a ignorar um dado importante: é que entre os séculos vii e ix d.C. o principal núcleo humano do Kosovo foi, ao que tudo indica, constituído pelos valáquios, uma população oriunda das margens do Danúbio, latinizada, seminómada, que mais tarde se viria a fundir com os romenos<sup>2</sup>.

De qualquer forma, quando os sérvios convocam a história para reclamar a sua soberania no Kosovo, o período que privilegiam não é o das «invasões bárbaras» mas sim a Idade Média. O Kosovo é, supostamente, a sua Jerusalém, a terra sagrada onde o Estado, a cultura e a identidade religiosa sérvias nasceram e se desenvolveram. Mas esta é, novamente, uma questão que requer algum exame crítico. Segundo Noel Malcom, o historiador que mais se compraz em desmontar os principais mitos fundadores do nacionalismo sérvio, o reino medieval sérvio nasceu originalmente em Rascia, uma região situada a Noroeste do actual Kosovo, em 1166, quando os Nemanjic, uma poderosa família de senhores feudais, conseguiram unificar politicamente as várias tribos sérvias. Aproveitando-se da fraqueza de Bizâncio, Stefan Nemanja, o fundador da dinastia, iniciou nesse ano uma bem sucedida campanha de expansão territorial que num curto lapso de tempo separaria as terras sérvias da tutela de Constantinopla. Quando abdicou do seu trono para se recolher a uma vida monástica no Monte Athos, em 1196, o reino sérvio havia já absorvido todo o Kosovo oriental e partes da Bósnia. O apogeu Nemanjic ocorrerá durante o reinado de Stefan Dusan (1331-1355), o segundo monarca a tirar partido do declínio de Bizâncio para expandir os domínios sérvios, ao ponto de os ter transformado num verdadeiro império multiétnico e multilinguístico que se estendia do Danúbio ao Golfo de Corinto.

Para além das terras conquistadas, o contributo mais significativo dos Nemanjic para a história sérvia situa-se no plano espiritual: a fundação, em 1219, por iniciativa de Sava, o

terceiro filho de Stefan, de uma Igreja autocéfala sérvia, independente do Patriarcado grego de Constantinopla. Criando uma Igreja dependente do seu patrocínio, os monarcas sérvios estavam também a dotar-se da instituição que lhes iria fornecer uma ideologia dinástica, um cerimonial de corte próprio, e um veículo para a perpetuação dos seus feitos. Nos frescos dos mosteiros ortodoxos, os Nemanjic eram retratados e glorificados como os protectores incansáveis do Estado sérvio, da sua Igreja e do seu povo. Stefan Nemanja era comparado ao patriarca bíblico Abrão, e os sérvios elevados à categoria de povo eleito<sup>3</sup>.

A localização dos principais mosteiros medievais na Metohija (a região Norte do Kosovo), e a instalação do Patriarcado sérvio em Pec são, de resto, dois factos associados à ideia do Kosovo como «berço espiritual» da Sérvia. Uma vez mais, porém, a evidência empírica colide com o discurso nacionalista. Noel Malcom observa que foi apenas no século xiv, com a expansão dos edifícios do Patriarcado de Pec e as construções dos mosteiros de Gracanica, Decani e Prizren, que o Kosovo adquiriu uma real importância no âmbito do programa de edificações religiosas dos Nemanjic. Até então, a vida monástica sérvia esteve sempre sediada no local onde se desenvolveu o embrião do Estado nemanjic: a região de Rascia. E Pec só se tornou a sede do arcebispado autónomo sérvio em 1296, depois do mosteiro de Ziyca ter sido pilhado e incendiado por uma expedição de tártaros e cumanos<sup>4</sup>.

### **A batalha e a lenda de Kosovo-Polje**

O segundo grande mito sérvio do Kosovo remete-nos para o colapso do Estado nemanjic às mãos dos turcos em 1389, na batalha de Kosovo-Polje. Mas, ao certo, o que é que se sabe da batalha onde o príncipe Lazar Hrebeljanovic (o nobre sérvio que sucedeu a Uros V, o último dos Nemanjic, depois de uma série de lutas civis) foi derrotado pelo exército otomano do sultão Murad I? Na verdade, muito pouco.

Em bom rigor, como assinala Noel Malcom<sup>5</sup>, os factos conhecidos são estes: no dia 28 de Junho de 1389 (dia de São Vito), uma coligação de nobres e príncipes cristãos enfrentou um exército otomano, que provavelmente integraria também alguns senhores feudais sérvios. Os combates foram intensos, Lazar e Murad perderam a vida e no fim da contenda os turcos controlavam o campo de batalha. O filho do sultão, Bayezit, liderou a retirada das tropas turcas até à Anatólia, a fim de garantir a sua sucessão ao trono. Na Sérvia, Stefan Lazarevic sucedeu ao seu pai, Lazar, e aceitou tornar-se vassalo dos turcos (mais tarde, forjaria alianças com o imperador bizantino e o monarca húngaro), governando o que restava do antigo império nemanjic (a Sérvia central e várias regiões do Kosovo, incluindo a cidadela e as minas de Novo Brdo) com o título bizantino de «déspota».

Tudo o mais permanece razoavelmente misterioso. Por exemplo, quase nada se sabe acerca da dimensão dos exércitos, dos grupos étnicos e religiosos que os integravam (de qualquer forma, há indícios de que albaneses muçulmanos, bósnios ortodoxos e croatas católicos lutaram no exército de Lazar, e que diversos nobres sérvios alinharam com os turcos), das tácticas utilizadas, do número aproximado de baixas. Ainda hoje os historiadores se interrogam se os otomanos terão realmente vencido a batalha. Vários relatos chegados a cidades italianas, por exemplo, iam ao ponto de celebrar uma vitória militar da Cristandade sobre os infiéis. A maioria dos testemunhos da época, porém, referia-se a um desfecho inconclusivo. Toda esta incerteza é adensada pelo facto das

narrativas mais pormenorizadas terem sido elaboradas em função das estratégias de poder de quem as encomendava. Com efeito, tanto Stefan Lazerevic como Bayezit precisavam de legitimar politicamente as suas aspirações aos tronos sérvio e otomano, pelo que a exaltação do heroísmo e do espírito de renúncia dos respectivos progenitores foram aspectos que os cronistas da sua confiança se esforçaram por realçar. No caso de Stefan Lazerevic, esse objectivo era ainda mais premente, pois entre a aristocracia sérvia havia quem contestasse a preeminência do clã Lazar e reivindicasse uma maior proximidade sanguínea com os Nemanjic.

De qualquer forma, os aspectos da lenda de Kosovo-Polje que requerem uma avaliação mais atenta prendem-se sobretudo com os antecedentes da batalha e as suas consequências. Kosovo-Polje não significou o colapso abrupto do Estado sérvio porque há anos que este estava em decomposição. De facto, na década de 1360 uma guerra civil praticamente destruiu a autoridade do czar Uros v, o filho de Stefan Dusan, e pulverizara o reino nemanjic em pequenos principados autónomos. Foram pois as lutas intestinas entre a aristocracia sérvia que facilitaram a penetração turca nos Balcãs, a qual, de resto, não remonta a 1389 mas sim a 1371. Nesse ano, nas margens do rio Marica (na actual Bulgária), as tropas otomanas esmagaram um exército liderado por dois nobres sérvios, Vukasin e Jovan Ugljesa, e a partir daí o Sul da Sérvia, a Bulgária e a Macedónia caíram em mãos turcas. Com esses novos territórios, e com os pactos de vassalagem que rapidamente estabeleceram com os senhores locais, os sultões otomanos passaram a dispor de uma base territorial de onde, mais tarde, lançariam o assalto final aos Balcãs (o que, porém, só viria a suceder na década de 1450).

A seguir à batalha de Kosovo-Polje, os sucessores de Lazar, Stefan Lazerevic e Djuradj Brankovic, denotaram ambos um grande sentido prático na forma como procuraram adaptar-se às novas coordenadas geopolíticas, não hesitando em concluir diversas alianças e pactos de vassalagem com os principais poderes da região – turcos otomanos, gregos bizantinos e húngaros. Em 1402, por exemplo, tropas sérvias combateram ao lado dos otomanos quando estes enfrentaram o desafio de Tamerlão, o temível guerreiro da Ásia Central, e poucos anos antes uma das filhas de Lazar, a princesa Olivera, casava-se com Murad ii, o neto do sultão morto em Kosovo-Polje. Em suma, uma hábil estratégia de sobrevivência que permitiu aos príncipes sérvios salvaguardar a autonomia daquilo que restava do velho império nemanjic durante mais setenta anos (1389-1459).

A batalha de Kosovo-Polje não teve pois o significado estratégico que, retrospectivamente, a historiografia sérvia lhe quis atribuir. Mas o seu impacto na consciência nacional dos sérvios não deverá ser subestimado. A este respeito, a acção da Igreja foi decisiva. Como nota Tim Judah, durante a «longa noite otomana», a Igreja Ortodoxa Sérvia foi praticamente a única instituição que sobreviveu à extinção do Estado sérvio, e os seus responsáveis nunca perderam de vista a esperança de uma ressurreição do império nemanjic. A gesta de Lazar, com a sua rica simbologia cristã, foi preservada como um dos elos de ligação dos sérvios a um passado de independência e glória, ao mesmo tempo que ajudava a apagar da memória dos camponeses a recordação das duras realidades do feudalismo nemanjic.

Reza a lenda que, na véspera da batalha, Lazar foi visitado por um falcão enviado pela Mãe de Deus, que o colocou perante o seguinte dilema: qual dos reinos o príncipe escolheria – o terreno ou o celestial? Se escolhesse o primeiro, deveria lançar-se com todo o seu poderio contra o turco porquanto a vitória estava garantida. Se optasse pelo

segundo, então deveria mandar erguer uma igreja de seda e brocados no «campo dos melros» (Kosovo-Polje), celebrar a eucaristia com os seus cavaleiros e partir para a luta na certeza de que todos morreriam. Lazar optou pelo reino celestial e fez como lhe mandou o falcão. Na noite que antecedeu o combate, dirigiu-se a um dos nobres sérvios, Milos Obilic, e declarou que no decurso da contenda este haveria de se juntar com os seus homens às hostes do sultão. Indignado, Milos refutou a acusação, denunciou o nobre Vuk Brankovic, cunhado de Lazar, como o verdadeiro traidor e afirmou que ele próprio se encarregaria de assassinar o sultão. No dia de São Vito tudo isto se realizou: Brankovic traiu Lazar, a fina flor da nobreza sérvia foi dizimada, e Milos apunhalou mortalmente o sultão Murad<sup>6</sup>.

Como facilmente se pode deduzir, o épico de Kosovo-Polje (nesta versão resumida) continha todos os elementos, símbolos e arquétipos que os sérvios necessitavam para interpretar a sua história como uma tragédia. O príncipe Lazar reúne as qualidades de heroísmo, sentido de missão e santidade associadas aos monarcas nemanjic. Vuk Brankovic representa a desunião que começara a corroer os alicerces do reino sérvio. O acto desesperado de Milos Obilic encarna o espírito de rebeldia e insubmissão de uma fracção dos sérvios face à ameaça protagonizada pelos «infiéis». Finalmente, a Ressurreição, a ideia central do Cristianismo, está igualmente presente na lenda: [...] Lazar optou pelo império celestial, isto é, pela Verdade e pela Justiça, de maneira a que um dia o Estado sérvio pudesse ressuscitar. O império terreno foi rejeitado em nome de ideais mais nobres – o espírito de sacrifício, a abnegação – e o próprio dilema da escolha dos reinos é comparável às tentações de Cristo»<sup>7</sup>.

É no entanto importante assinalar que esta versão «canónica» do épico do Kosovo resulta de um complexo trabalho de depuração e montagem levado a cabo desde o início do século XIX por poetas, escritores, etnógrafos e historiadores ligados ao principado sérvio restaurado na sequência das revoltas de 1804-1812 e 1815-1817. Todas as ambiguidades e nuances que o folclore oral pudesse conter, como por exemplo as referências aos elementos albaneses do exército de Lazar, foram eliminadas. Para a intelligentsia nacionalista sérvia, a lenda do Kosovo servia dois propósitos fundamentais: apelava à união dos sérvios em torno de um monarca cristão (fosse ele um Obrenovic ou um Karadjordje) e mobilizava-os contra os turcos otomanos e os seus aliados islamizados (albaneses, bósnios muçulmanos)<sup>8</sup>. Transmitida oralmente de pais para filhos ou ensinada nos bancos de escola, a gesta de Lazar ajudou a moldar a consciência nacional dos sérvios ao longo do século XIX e incutiu-lhes um sentido de missão bem definido: «vingar» a derrota do Kosovo e resgatar o «berço» da nação sérvia usurpado pelos «infiéis». Quando em 1912, durante a primeira Guerra Balcânica, o exército sérvio pisou finalmente o «solo sagrado» do Kosovo muitos soldados mergulharam numa espécie de êxtase místico, sentindo que «eles eram a geração que havia realizado um sonho nacional velho de séculos: reconquistar com a espada a liberdade que havida sido perdida pela espada»<sup>9</sup>.

### **Equívocos do «jugo otomano»**

Durante muito tempo o Império Otomano gozou de uma reputação de opressão política, fanatismo religioso e falência moral que apenas nas últimas décadas tem vindo a esbater-se. Essa imagem maniqueísta era obviamente útil às elites revolucionárias dos Balcãs que no início do século XIX precisavam de forjar «identidades nacionais» e conquistar o apoio

das potências europeias para a sua causa. O seu trabalho rendeu frutos. Embora as chancelarias do Ocidente tivessem ideias contraditórias acerca de como lidar com a desagregação da Porta, «o homem doente da Europa», e algumas delas preferissem manter o statu quo para evitar que outras potências realizassem ganhos estratégicos nos Balcãs, a verdade é que a posição dos sultões foi-se tornando cada vez mais insustentável a partir do momento em que os seus súbditos cristãos pegaram em armas para se emanciparem da sua tutela. Na década de 1820, por exemplo, a causa do filelenismo tornou-se extremamente popular entre os intelectuais europeus, que em 1824 chorariam a morte trágica de Lord Byron na batalha de Misolonghi contra os turcos otomanos. Em 1875-1876, a violenta supressão de revoltas cristãs nas províncias bósnias e búlgaras do Império Otomano provocou uma onda geral de indignação no Ocidente e levou a que o líder liberal inglês William Gladstone apelasse a uma intervenção «humanitária» da Grã-Bretanha e do Concerto europeu contra a Porta. Tão grande foi o choque causado pelos relatos dos «horrores búlgaros» que até mesmo Benjamin Disraeli, o primeiro-ministro inglês que defendia uma política de apoio à Porta como forma de evitar a expansão de austríacos e russos nos Balcãs e no Próximo Oriente, se sentiu obrigado a demarcar-se das acções do sultão.

Mais recentemente, porém, a imagem dos impérios otomano e austríaco como grandes «prisões de nações» começou a ser reequacionada. Quando as ciências sociais vieram chamar a atenção para a necessidade de encarar as identidades nacionais como realidades socialmente construídas, e a maior parte das vezes sobre mitos e falsificações históricas, o estigma que pendia sobre aquelas duas estruturas multinacionais foi-se diluindo. E para mais, em vez de terem trazido a paz, a liberdade e a democracia, ou tão-só a independência dos Estados, a afirmação dos nacionalismos viera afinal mergulhar a pensínsula balcânica em sucessivos ciclos de destruição e violência, de que as Guerras da Secessão Jugoslava são o último exemplo<sup>10</sup>. Assim, à medida que os historiadores ocidentais se foram desembaraçando da eslavofilia que durante tanto tempo moldara as percepções dos seus antecessores<sup>11</sup>, uma outra imagem do Império Otomano começou a emergir. Uma imagem que levava em conta as tradições de tolerância religiosa, cooperação interétnica, miscigenação cultural e descentralização política que pelo menos até finais do século xvii floresceram sob a administração dos sultões<sup>12</sup>. É certo que a visão teológica do mundo que impregnava os governantes otomanos implicava que estes agrupassem e hierarquiassem os seus súbditos de acordo com as crenças religiosas de cada um. Os seguidores do Islão usufruíam do estatuto de «crentes», obedeciam à charîa (a lei corânica), tinham obrigações militares e fiscais menos pesadas e monopolizavam os mais altos cargos da política, administração e magistratura. Os restantes, cristãos e judeus, eram classificados como zimmî, «pessoas protegidas», que podiam conservar as suas práticas religiosas, tribunais eclesiásticos, escolas e hospitais no quadro do millet.

Conforme nota Georges Castellan, seria um contra-senso traduzir a expressão millet por «nação» ou «nacionalidade». Os millet eram essencialmente «comunidades religiosas reconhecidas pelo poder otomano e que, sob a responsabilidade do seu chefe hierárquico, se auto-administravam nos domínios que relevavam da sua teologia e moral, mas que em tudo o mais se conformavam às leis do império»<sup>13</sup>. É claro que nesta época a fronteira entre o secular e o religioso era algo de extremamente ténue, pelo que os conflitos entre a lei corânica e o direito canónico dos cristãos, por exemplo, eram frequentes, sendo geralmente decididos a favor dos muçulmanos. Cristãos e judeus viviam pois numa

«segunda zona», sujeitos a obrigações fiscais mais onerosas, a entregar os seus filhos ao devchirme (o recrutamento forçado de crianças cristãs para o corpo de janízaros, a guarda pessoal do sultão), e a uma discriminação no acesso aos principais postos da administração e da magistratura. Para os notáveis destas comunidades – os clérigos, comerciantes, chefes de clãs – esta discriminação legal era naturalmente sentida como vexatória, mas convém não esquecer que para a grande massa do campesinato, a substituição do feudalismo cristão pelo otomano representou uma melhoria substancial na sua condição. O imposto da corveia, por exemplo, foi reduzido e muitas das obrigações feudais puderam ser convertidas em prestações monetárias.

A própria expansão do Islão nos Balcãs, e no Kosovo, não parece ter resultado de qualquer esforço prosélito consistente por parte das autoridades religiosas otomanas, ou de uma colonização em grande escala da região por populações muçulmanas, de origem turca ou outra. Até cerca de 1600, as conversões religiosas ao islamismo estiveram confinadas aos meios urbanos e a pressão económica, mais do que a persuasão teológica, terá sido o factor determinante. Ser muçulmano significava ficar isento de vários tributos, aceder a uma participação mais activa na esfera pública, obter patrocínios importantes. Quando por exemplo o pagamento do cizye, o imposto pago pelos chefes de família não-muçulmanos, se tornou insuportável, em virtude do empolamento dos gastos militares do império após as conquistas de Suleimão o Magnífico, numerosos cristãos preferiram abjurar da sua fé. Curiosamente, porém, muitos deles continuaram a manter as suas antigas práticas religiosas no recato do lar, dando origem a um fenómeno deveras difundido nos Balcãs otomanos: o cripto-cristianismo. Aliás, num contexto de constantes migrações e misturas populacionais, a miscigenação étnica e o sincretismo religioso eram moeda corrente, emprestando um colorido muito especial às relações de vizinhança. Católicos e ortodoxos rezavam frequentemente nas mesmas igrejas, veneravam os mesmos santos e seguiam práticas litúrgicas semelhantes. E numa época em que a religião possuía uma função quase mágica aos olhos das populações iletradas e supersticiosas, era relativamente vulgar que os muçulmanos do Kosovo pedissem aos seus amigos católicos que lhes baptizassem os filhos (para protegê-los de doenças), ou que os deixassem participar em cerimónias de adoração da Virgem Maria.

Na história do Kosovo as questões de identidade étnica são particularmente complexas, e no caso dos albaneses a correlação entre etnicidade e religião é ainda mais confusa. Nos primeiros dois séculos da ocupação otomana, tudo indica que o grosso da comunidade muçulmana do Kosovo fosse formado por turcos otomanos, circassianos e tártaros. Os albaneses que afluíram aos planaltos da religião eram maioritariamente católicos e a percentagem de ortodoxos entre eles também não deveria ser despreciada. Só quando a Porta se envolveu em guerras cada vez mais frequentes com as potências católicas do Ocidente (Áustria e Veneza), sobretudo a partir de meados do século xvii, é que os albaneses se sentiram pressionados a aderir ao Islão, mas demoraria pelo menos mais um século até que a condição de albanês pudesse ser equacionada com a de muçulmano.

Aliás, esta é uma questão que vale a pena ter em conta quando se examina o segundo grande mito nacionalista sérvio do Kosovo: a «Grande Migração» de 1689-1690, um êxodo forçado de quinhentos mil cristãos ortodoxos (trinta e sete mil famílias) do Kosovo e da Sérvia para as terras húngaras dos Habsburgos, lideradas pelo Patriarca de Pec, Arsenije iii Carnojevic, na sequência de um dos desaires do exército austríaco perante os otomanos nas guerras de 1683-1699. Na mitologia sérvia, a «Grande Migração» (Velika

Seoba) é apresentada como o exemplo acabado do martírio dos cristãos ortodoxos, mas, tal como a gesta de Lazar, também ela está repleta de equívocos e distorções. A ideia de que os exércitos habsburgueses penetraram no Kosovo para «libertar» as populações cristãs sai desde logo fragilizada quando se atenta na conduta brutal dos regimentos «rascianos» (sérvios), a ponto de várias populações eslavas ortodoxas terem procurado refúgio junto das autoridades otomanas. Por outro lado, os historiadores albaneses parecem ter alguma razão quando chamam a atenção para o papel do arcebispo católico de Prizren, Bogdani, na instigação e organização de um movimento de rebelião albanês contra a Porta bem mais significativo do que o protagonizado pelos sérvios ortodoxos. Depois, o texto em que o imperador Leopoldo I alegadamente exortava o patriarca Arsenije a guiar o seu rebanho até ao Sul da Hungria (actual Vojvodina) terá sido completamente deturpado em posteriores traduções do latim para servo-croata. Confiante na possibilidade de operar um volta-face militar, o monarca austríaco incitava o líder espiritual dos sérvios não à fuga mas à revolta. «Não desertem as vossas terras e o cultivo dos vosso campos», é a frase empregue por Leopoldo. Ao transcreverem esse documento no século XIX os historiadores nacionalistas sérvios pura e simplesmente suprimiram o «não». Finalmente, a ideia de que a «Grande Migração» criou um vácuo populacional no Kosovo que depois seria preenchido por albaneses muçulmanos suscita as mais fortes reservas. Por várias razões: ao que tudo indica, os albaneses católicos que abandonaram o Kosovo fizeram-no em tão grande número como os sérvios; o êxodo sérvio cifrou-se não em quinhentas mil pessoas, mas em trinta e sete mil<sup>14</sup>; e nos anos seguintes ao tratado de 1699, numerosos clãs eslavos trocaram as agrestes montanhas do Montenegro pelas terras mais férteis do Kosovo e do Sandzak de Novi Pazar.

Por seu turno, os albaneses fariam bem em reconsiderar algumas das suas ilusões no que toca ao seu peso na estrutura demográfica da província. Deveriam, por exemplo, desistir de reclamar uma presença albanesa maioritária desde o século XIV, porquanto os mais antigos registos otomanos de propriedade fundiária apontam para uma maioria de eslavos ortodoxos no Kosovo. E a ideia de uma vasta comunidade albanesa vivendo sob nomes sérvios ortodoxos não parece minimamente credível. A expansão do núcleo albanês no Kosovo foi um processo gradual, multissecular, sustentado por pequenas migrações de comunidades oriundas das montanhas albanesas. Apenas quando o declínio otomano se acentuou, e em consequência as regiões remotas do império se tornaram mais inseguras, é que os albaneses desceram em grande número às planícies kosovares em busca da protecção dos senhores otomanos. E, ainda assim, seria preciso esperar pelos meados do século XIX para que os albaneses alcançassem a primazia demográfica na província.

### **A emergência dos nacionalismos balcânicos**

Nas primeiras décadas do século XIX, os delicados equilíbrios políticos, étnicos e religiosos nos Balcãs são perturbados pela acção conjugada de dois fenómenos: o acentuar do declínio do Império Otomano e a penetração dos ideais da Revolução Francesa e do Romantismo.

O declínio otomano, um processo que remonta ao século XVI, tornou-se notório depois do Tratado de Kutchuk Kainardji (1774), o qual veio pôr termo à guerra russo-turca de 1768-1774. Para além de averbarem uma série de ganhos estratégicos no Mar Negro, os russos garantiam o direito de intercederem a favor da «religião cristã e dos seus ministros» nos domínios da Porta, situação que algumas décadas mais tarde iria conferir

um importante alento às «lutas de libertação» das populações cristãs ortodoxas dos Balcãs.

Por outro lado, o desenvolvimento de classes urbanas letradas em contacto com as capitais europeias mais próximas, bem como o impacto das guerras napoleónicas nos Balcãs, ajuda a que o descontentamento das elites não-muçulmanas se vá articulando em torno dos novos conceitos associados ao nacionalismo. O processo foi de algum modo facilitado pelas próprias transformações operadas ao nível do millet pelas autoridades otomanas, que em finais do século xviii haviam começado a organizar as comunidades de zîmmi segundo o critério da língua e da etnicidade, assim contribuindo para que novas lealdades, baseadas em valores que não os da religião e da vizinhança, se fossem gradualmente tecendo.

No caso do império multinacional dos Habsburgos, o impacto destes novos conceitos foi relativamente mitigado pois, segundo Paul Garde, a Monarquia austríaca «fora palco de um lento processo de maturação cultural, no decurso do qual os povos eslavos tomaram consciência de si próprios, desenvolveram as suas línguas e culturas e reivindicaram pacificamente os seus direitos»<sup>15</sup>. O mesmo não sucedeu nos territórios controlados pelo Império Otomano, onde os desejos de emancipação política das populações cristãs foram frequentemente encorajados pelas grandes potências europeias, e em especial pela Rússia. Como observa Misha Glenny, a sucessão de acontecimentos desencadeada pelo levantamento sérvio no pashalik de Belgrado, em 1804, em protesto contra as arbitrariedades dos chefes janízaros, tornar-se-ia paradigmática. Assim que a revolta de Karadjordje se generalizou por todo o distrito, bandos de camponeses cristãos cercavam as aldeias predominantemente habitadas por muçulmanos, obtinham a sua rendição e de seguida entregavam-se a uma orgia de violência contra os aldeões; os otomanos retribuíram na mesma moeda e, depois de terem dominado a revolta (1813), organizaram terríveis pogroms contra os civis sérvios. Às tantas, a origem política do conflito deixara de ter qualquer relevância: ambas as partes pretendiam apenas vingar o sangue derramado, e faziam-no de forma cruel e indiscriminada<sup>16</sup>.

Na vizinha província do Kosovo, a «ressurreição» do Estado sérvio foi recebida com grande inquietação pela população muçulmana. Com efeito, depois da instituição do principado autónomo de Belgrado em 1813 (estatuto ampliado em 1833), as elites sérvias não faziam segredo das suas ambições: tratava-se de completar o «levantamento» iniciado pela revolta de 1804, a fim de reunir todos os sérvios dispersos pelos domínios otomanos (e austríacos) num só Estado. O principal ideólogo do projecto moderno da «Grande Sérvia» foi Ilija Garasanin, ministro do Interior do príncipe Milos Obrenovic, que em 1844 elaborou um plano, o Nacertanije, onde sintetizava as seculares aspirações dos sérvios, cuidadosamente preservadas pela Igreja ortodoxa e pelos ciclos de poesia épica, e as articulava num programa de expansão territorial assente numa legitimidade de ordem histórica (o antigo império nemanjic), e demográfica (as regiões da Croácia, Bósnia e Hungria onde populações sérvias se haviam fixado durante os quatro séculos de dominação otomana). O Nacertanije explicava também os passos que seria preciso dar para concretizar o sonho da «Grande Sérvia»: em primeiro lugar havia que destruir, pedra a pedra, o império otomano; de seguida, consolidar economicamente o jovem reino; finalmente, orientá-lo para o conflito decisivo com a Áustria, que Garasanin descrevia como «o inimigo mortal da Sérvia».

Importa também acrescentar que a ideologia nacional sérvia possuía uma fortíssima componente de intolerância religiosa, que durante muito tempo passou completamente despercebida à generalidade dos diplomatas, historiadores, jornalistas e viajantes ocidentais. Na medida em que o adversário mais óbvio (e vulnerável) à emancipação nacional dos eslavos cristãos era o «jugo otomano», todos quantos se identificassem com a fé destes – eslavos islamizados ou outros – eram encarados como apóstatas a reverter ou inimigos a abater. O massacre dos «infieis» era, aliás, uma prática exaltada e celebrada nas modernas literaturas nacionais jugo-eslavas. Um dos épicos nacionais do Montenegro, A Grinalda da Montanha, do príncipe-bispo Petar ii Ptrovic-Njegos (1813-1852), glorificava explicitamente o assassinato dos turcos, apelava à conversão forçada dos muçulmanos eslavos e incitava ao incêndio das suas aldeias e mesquitas. Conforme nota Misha Glenny, «a morte dos cristãos era considerada um pecado, ao passo que a chacina dos muçulmanos era vista como o resultado inevitável do grande levantamento cristão contra os otomanos. Para alguns, era até um acto de heroísmo»<sup>17</sup>.

Perante o discurso vigoroso e agressivo dos principados cristãos, o sentimento de insegurança das comunidades muçulmanas na Bósnia, Albânia, Kosovo e Macedónia não podia senão agudizar-se. Compreensivelmente, a pertença ao Império Otomano foi durante várias décadas encarada pelos muçulmanos como a melhor protecção face aos designios do «Piemonte» dos Balcãs, a Sérvia dos Obrenovic e Karadjordje. Mas essa percepção não haveria de durar eternamente. A este respeito, o ponto de viragem é a crise do Oriente de 1875-1878, concluída de forma desastrosa para a Porta, que depois da intervenção russa e das demonstrações de força da Áustria-Hungria, se viu forçada a aceitar a independência da Sérvia, do Montenegro e da Roménia, a reconhecer a autonomia da Bulgária e resignar-se ao estabelecimento de protectorados militares austríacos na Bósnia-Herzegovina e no Sandzak de Novi-Pazar.

Foi na fase final desta crise que os albaneses começaram a vacilar entre a lealdade à Porta e a reivindicação de um estatuto de autonomia. Sentindo-se ameaçados com os termos da Paz de San Stefano (3 de Março de 1878), que, entre outras coisas, previam uma Sérvia fortalecida e a constituição de uma «Grande Bulgária», os grupo de chefes e notáveis albaneses constituíram a Liga de Prizren (10 de Junho de 1878), com o objectivo de se oporem por todos os meios à absorção das terras albanesas pelos novos reinos cristãos. No entanto, ao contrário do que pretendem alguns dos modernos historiadores albaneses, a constituição de um Estado independente não era uma ideia que estivesse no horizonte inicial da Liga. Essa aspiração era acalentada apenas por uma pequena intelligentsia progressista e ocidentalizada, ligada à diáspora albanesa em Itália e Istambul, francamente minoritária no conjunto das várias sensibilidades congregadas em Prizren. A maior parte dos pashas e beys albaneses muçulmanos era fiel ao sultão, desprezava as ideias profanas do Ocidente e queria sobretudo limitar a interferência do poder central nos assuntos da província, o que significava menos impostos, o fim da conscrição militar e o respeito pelas tradições que lhe eram mais caras: o direito ao porte de armas e a vigência da lei corânica<sup>18</sup>.

Todavia, mal os dirigentes da Liga tomam conhecimento das decisões aprovadas no Congresso de Berlim (Setembro de 1878) – menos gravosas do que as da Paz de San Stefano, mas, ainda assim, prevendo a cedência do distrito maioritariamente albanês de Gusinje (Noroeste do Kosovo) ao Montenegro e a imposição de cláusulas de protecção às

minorias cristãs – o seu discurso sofre uma acentuada radicalização. Numa atmosfera de grande comoção, a assembleia plenária da Liga adoptará, em Outubro de 1879, o programa político gizado por Abdyl Frashëri, o mentor intelectual do movimento, que estabelecia o compromisso possível entre as correntes mais radicais e secularistas, e os sectores mais tradicionais e conservadores. O programa de Frashëri propunha, entre outras coisas, a criação de um vilayet albanês unificado (que incluiria o Kosovo), uma assembleia eleita, funcionários de língua albanesa, conselhos locais integrados por muçulmanos e cristãos, e escolas de língua albanesa.

Temendo antagonizar aqueles que ainda eram os seus súbditos mais fiéis, a Porta optará, numa fase inicial, por tolerar estas manifestações de irreverência; a sua fraqueza momentânea, de resto, impedia-a de lançar um contra-ataque eficaz. Durante dois anos, o projecto autonomista da Liga de Prizren consolida-se e conquista adeptos mesmo entre os clãs mais tradicionais. A própria Grã-Bretanha, normalmente pouco activa nos jogos diplomáticos que envolviam a questão albanesa, toma interesse pelas reivindicações da Liga, que em 1881 já governava de facto o Kosovo, organizando o recrutamento militar, assegurando o policiamento e cobrando impostos<sup>19</sup>. Todavia, uma vez recompostas dos reveses de 1878, as autoridades otomanas tratarão de agir com firmeza contra as tendências separatistas do autoproclamado «Governo provisório» de Prizren. Em Dezembro de 1881, as tropas do sultão esmagam um exército de doze mil albaneses que se preparava para «libertar» as terras albanesas da Macedónia, dissolvem a Liga e prendem os seus principais dirigentes. Contudo, uma vez sufocada a revolta nem por isso o desejo de autonomia se esbaterá nas mentes dos albaneses. Entre 1881 e 1908, as intromissões cada vez mais frequentes das potências cristãs nos Balcãs otomanos mantêm os vilayets albaneses num estado de sobressalto permanente. Valendo-se das cláusulas de protecção às minorias cristãs da Porta inscritas no texto do Tratado de Berlim (1878), os consulados russos e sérvios em Prizren, Pec e Skopje desenvolvem intensas acções de propaganda pan-eslavista junto da comunidade sérvia do Kosovo e da Macedónia. Perante o tom agressivo de algumas dessas iniciativas, os albaneses voltam a cerrar fileiras em torno de uma organização autonomista: a Liga de Pec, criada em 1889, que no entanto se distingue da sua antecessora pelo predomínio dos latifundiários mais conservadores e pela lealdade absoluta ao Sultão.

### **As Guerras Balcánicas e a «libertação» do Kosovo**

A etapa final do domínio otomano no Kosovo decorre sob a égide do Governo dos Jovens Turcos, cujo triunfo em muito se ficou a dever ao apoio inicial que receberam dos chefes albano-kosovares. Um apoio que, à primeira vista, pode parecer paradoxal. Afinal de contas, os oficiais ocidentalizados que em Julho de 1908 afastaram a «camarilha» do Sultão Abdul Hamid estavam basicamente empenhados numa reforma modernizante do império que, em última análise, visava transformá-lo num Estado unitário, fortemente centralizado e dotado de leis e instituições uniformes. Enfim, nada de mais adverso às reivindicações autonomistas dos diferentes grupos nacionais. Os militares foram suficientemente argutos para envolver as suas pretensões num véu de ambiguidade: impuseram ao sultão a reposição da Constituição «liberal» de 1876 (suspensa desde 1878), a qual previa a representação das várias nacionalidades do império numa assembleia eleita, bem como uma larga descentralização administrativa. Foi este o isco que os albaneses morderam.

O estado de graça dos Jovens Turcos, contudo, não durou muito tempo. Em Outubro de 1908, tirando partido da desorganização em que o golpe de Estado havia mergulhado a Porta, a Bulgária proclamava unilateralmente a sua independência e a Áustria-Hungria anexava formalmente a Bósnia-Herzegovina. Dois acontecimentos que desferiram um rude golpe nas promessas de regeneração do império e agravaram os receios dos albaneses a respeito da incapacidade turca de protegê-los das potências cristãs. Nos anos seguintes, os vilayets albaneses serão palco de uma contestação violenta às reformas mais autoritárias e jacobinas do Governo de Istambul (reforço da fiscalidade, serviço militar obrigatório, ocidentalização dos uniformes, laicização das leis e ensino, confisco de armas). Se numa fase inicial essa contestação exhibe as características de uma rebelião de «antigo regime» (motins antifiscais, apelo à autoridade tradicional do sultão), ela em breve recupera o élan autonomista da Liga de Prizren. Desgastadas por três anos de luta antiguerrilha, e pelo conflito com a Itália na Tripolitânia, as autoridades otomanas capitulam perante os rebeldes albaneses em Setembro de 1912. E embora estes fizessem questão em proclamar a sua lealdade ao califado e à «Pátria Otomana», a verdade é que o seu manifesto político já mal se distinguia de uma independência de facto, ao ponto de um agente sérvio no Kosovo ter reportado para Belgrado: «Os albaneses estão à beira de se tornarem uma nação»<sup>20</sup>. Procurando fazer a síntese entre as aspirações dos sectores modernizantes e tradicionalistas do movimento albanês (à semelhança do que sucedera com Abdyl Frashëri em 1879), o programa em catorze pontos de Hasan Pristina, um dos líderes da revolta, incluía, por exemplo, a unificação de todos os vilayets albaneses, a «albanização» do sistema educativo e funcionalismo local, a prestação do serviço militar na Albânia, o respeito pela lei corânica e tradições locais (incluindo o direito ao porte de armas), bem como a aplicação das receitas fiscais na Albânia.

Depois de tantas lutas desde 1878, os albaneses alcançavam aquilo que, no fundo, sempre tinham ambicionado: um Estado autónomo no seio do qual poderiam desenvolver a sua cultura e instituições nacionais, sem no entanto precisarem de romper a ligação ao Império Otomano, a única potência que os poderia proteger dos desígnios expansionistas dos outros Estados da região. No entanto, por uma trágica ironia, esse triunfo continha também os germens da sua própria derrota. Em Outubro de 1912, a recém-formada Liga Balcânica (Sérvia, Montenegro, Bulgária e Grécia) desencadeava uma guerra de agressão contra a Turquia que em escassas semanas iria pôr termo a cinco séculos de presença otomana nos Balcãs. E, claro está, sem a sombra protectora da Porta, os muçulmanos albaneses encontrar-se-iam à mercê dos novos «cruzados» cristãos.

A anexação do Kosovo era uma das prioridades de guerra da Sérvia (e do Montenegro). «Vingar» a derrota de Lazar e restaurar o antigo império nemanjic eram slogans repetidos até à exaustão pela imprensa nacionalista de Belgrado, e dois objectivos exaltados por políticos, figuras religiosas, artistas, historiadores e escritores. No Kosovo e na Macedónia os soldados sérvios e montenegrinos fizeram jus a essa sede de vingança, incendiando aldeias, vandalizando mesquitas e massacrando civis. Não eram, contudo, actos gratuitos de violência. Um dos observadores mais perspicazes das Guerras Balcânicas, o então jornalista Léon Trotsky, compreendeu bem o sentido dessas atrocidades, nomeadamente as transferências forçadas de populações. Com efeito, os Estados da Liga Balcânica foram suficientemente audazes para iniciar o conflito sem pedir autorização às grandes potências, mas todos eles estavam cientes de que, no fim das hostilidades, as alterações de fronteiras teriam de ser sancionadas numa conferência

internacional. A Sérvia seria então intimada a justificar porque razão reivindicava a anexação de partes do Kosovo e da Macedónia. Os seus argumentos históricos eram, à luz do ambiente nacionalista da época, «respeitáveis»: as origens do reino nemanjic e do monasticismo sérvio estavam, alegadamente, no Kosovo e em partes da Macedónia. Era o reencontro da «nação sérvia» com o seu «solo sagrado». Os dois territórios iriam também beneficiar dos «padrões civilizacionais» mais elevados que a administração sérvia se encarregaria de difundir. O pior era quando a discussão resvalava para o plano da demografia. Aí a causa sérvia era frágil. De acordo com o censo otomano de 1890, o único levantamento populacional disponível em 1912-1913, os números indicavam uma maioria de 72 por cento de muçulmanos no Kosovo (os otomanos classificavam os seus súbditos de acordo com a respectiva religião), sendo legítimo supor que os albaneses constituíssem a maioria deste núcleo; dos 28 por cento não-muçulmanos é provável que os sérvios ortodoxos superassem largamente os albaneses católicos ou ortodoxos. Assim, para iludir esta contabilidade comprometedora, os linguistas, etnógrafos e historiadores sérvios entraram em cena com uma teoria deveras original: os albaneses muçulmanos eram afinal sérvios albanizados à força durante a ocupação otomana – os chamados «arnautas» – e, nesse sentido, deveriam ser contados como sérvios! Ninguém como Noel Malcom denunciou com mais ironia a falácia deste argumento. Se o mesmo raciocínio fosse, por exemplo, aplicado a Inglaterra então qualquer inglês de apelido Beauchamp ou Beaumont teria de ser reclassificado como francês, na medida em que os seus antepassados mais remotos eram os invasores normandos do século xi<sup>21</sup>. Restava assim aos sérvios o emprego da força bruta para, enquanto decorressem as negociações diplomáticas, levarem a cabo a homogeneização étnica das zonas que reivindicavam. E, tal como sucedera no século anterior, as elites intelectuais do Ocidente continuaram a fechar os olhos às chacinas de civis muçulmanos – em nome, claro está, da libertação dos cristãos dos Balcãs do «jugo otomano».

Quando em Maio de 1913 se encerram os trabalhos da Conferência de Londres, a reunião internacional convocada para discutir e aprovar o ordenamento territorial emergente da primeira Guerra Balcânica<sup>22</sup>, a Sérvia alcançava praticamente todos os seus objectivos. Absorvera os distritos kosovares e macedónios da Turquia, tornara-se o Estado eslavo mais poderoso dos Balcãs ocidentais e apenas não conseguira obter a saída para o mar que ambicionava (o porto albanês de Dürres). Os albaneses não tiveram tanta sorte. Apesar do patrocínio de italianos e austríacos – pouco interessados numa Sérvia hegemónica na região –, o máximo que conseguiram foi o reconhecimento de um minúsculo Estado (tratava-se de impedir o acesso da Sérvia ao Adriático), cercado por países hostis, governado por um príncipe prussiano, e habitado apenas por metade do milhão e meio de albaneses recenseados nas antigas províncias otomanas. Aqui reside a principal causa do seu famoso irredentismo.

### **A primeira experiência jugoslava do Kosovo**

Os escassos meses que decorreram entre o fim das Guerras Balcânicas e a eclosão da I Guerra Mundial, em Agosto de 1914, foram suficientes para que os albaneses sentissem o gosto amargo do domínio sérvio. Após o reconhecimento da anexação do Kosovo, o Governo de Belgrado militariza a administração do território, organiza expropriações de terras e promove a expulsão de populações. Entre 1913 e 1914 calcula-se que cerca de

cento e vinte mil albaneses muçulmanos tenham abandonado o Kosovo em busca de refúgio na Albânia.

Não admira pois que em 1915, ao penetrarem no Kosovo, os exércitos austríaco e búlgaro tenham sido acolhidos como potenciais libertadores pela população albanoskovar. Porém, em 1918 a sorte voltaria a ser madrastra para os albaneses. Carregando o estigma do alinhamento com as potências centrais, as suas reivindicações irredentistas sobre o Kosovo foram completamente ignoradas pelos Aliados na Conferência de Paz de Paris, e em particular pelo Presidente Woodrow Wilson, que depositava grandes esperanças no papel estabilizador que o novo Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos (liderado por um monarca sérvio) poderia desempenhar na península balcânica.

No seio do novo reino dos eslavos do Sul, o Kosovo viu ser-lhe atribuído o estatuto de simples província da Sérvia. Descontando o facto dessa incorporação se ter realizado à revelia das normas constitucionais sérvias, e do próprio direito internacional, foi sobretudo a negação de um estatuto de «minoría nacional» aos kosovares (com as garantias previstas no Tratado sobre Protecção das Minorias, subscrito pela Jugoslávia em 1919) que conduziu à rápida agudização das tensões na província. Escudando-se novamente na tese dos «arnautas», as autoridades jugoslavas declararam perante a sdn não existir qualquer «minoría nacional» no Sul da Sérvia, pelo que não tinham fundamento críticas que os albaneses lhes dirigiam a respeito da supressão do uso e ensino da língua albanesa no Kosovo.

Na verdade, a política jugoslava de assimilação cultural dos albaneses inseria-se numa estratégia mais vasta de eslavização da província. No essencial, essa estratégia repousava em dois vectores fundamentais: a colonização do Kosovo por agricultores sérvios e a adopção de medidas susceptíveis de encorajar os albaneses a abandonarem o território.

Os planos de colonização étnica começaram a ser postos em prática logo após a I Guerra Mundial. Os seus dois objectivos imediatos consistiam em punir os albaneses que se opunham à soberania sérvia confiscando-lhes as terras, e em promover a instalação de colonos sérvios e montenegrinos nos principais pontos estratégicos da província, designadamente junto aos grandes eixos de comunicação e nas zonas de fronteira com a Albânia. A longo prazo, as autoridades jugoslavas pretendiam alterar o equilíbrio demográfico do Kosovo a favor do elemento eslavo. Ainda hoje os nacionalistas sérvios negam que estes objectivos tenham existido de forma assim tão crua e argumentam que os planos de colonização eram apenas um dos aspectos do programa geral de reforma agrária do Governo de Belgrado. Todavia, um exame atento dos critérios que presidiram à redistribuição de terras no Kosovo no período de entre as guerras desmente por completo semelhante ideia. Dos duzentos mil hectares de terra arável redistribuídos entre 1918 e 1939, por exemplo, cem mil foram entregues a famílias oriundas da Sérvia e do Montenegro; e dos restantes cem mil a maior parte foi oferecida a kosovares sérvios. Cerca de um quarto da terra confiscada provinha de antigos domínios da aristocracia otomana, mas os restantes três quartos resultavam da expropriação de camponeses albaneses que não possuíam títulos de propriedade (uma situação típica de uma sociedade tradicional), de terras deixadas em pousio, ou de florestas, pastos e outros terrenos de uso comunitário. E ao passo que os colonos sérvios recebiam em média lotes de 7,2 hectares, geralmente de qualidade superior, os albaneses, com famílias mais numerosas, tinham de se contentar com parcelas de quatro hectares ou menos. A este respeito, Noel Malcom cita um comentário elucidativo de um documento oficial sérvio de 1937 acerca do limite

de 0,4 hectares que a partir desse ano passaria a ser distribuído por cada família albanesa: «Isto é abaixo do limiar da subsistência. Mas isso é precisamente aquilo que nos interessa: tornar-lhes a vida impossível e obrigá-los a emigrar»<sup>23</sup>.

Nas décadas de 20 e 30, as autoridades jugoslavas dispenderam somas consideráveis nos programas de colonização do Kosovo, o que aliás contraria a tese de alguns historiadores sérvios de que o Estado jugoslavo não tinha recursos para financiar escolas de língua albanesa. Estima-se que até meados dos anos 30 cerca de setenta mil sérvios terão chegado ao Kosovo atraídos pelos incentivos governamentais. Em consequência desse afluxo, a percentagem de sérvios no total da população do Kosovo em 1928 cifrava-se na casa dos 38 por cento, um aumento substancial em relação à percentagem de 1919 (24 por cento). Contudo, muitos dos colonos acabaram por regressar à Sérvia antes de 1935. As razões para esse regresso encontram-se, por um lado, na incompetência revelada pelas entidades que supervisionavam o plano de colonização e na ausência de apoios para a fase posterior à instalação das famílias; e, por outro, na insegurança prevalecente em muitas regiões do Kosovo. Entre 1919 e meados dos anos 20, os planaltos da região de Drenica (Kosovo central) foram assolados por uma guerrilha albanesa – o movimento kashak – que se opunha à administração sérvia e ao plano de colonização. Os nacionalistas sérvios gostam de desqualificar este movimento apresentando-o como um típico fenómeno de banditismo (tal como fariam depois com o uçk), mas as motivações políticas dos kashaks não devem ser subestimadas. Recrutando os seus membros entre os clãs tradicionais, eram um movimento separatista que lutava pela unificação do Kosovo com a Albânia e possuíam estreitas ligações a Hasan Pristina, primeiro-ministro albanês até ao golpe de Amhet Zog em 1921. O seu programa básico incluía o direito dos albaneses ao auto-governo, o fim do confisco de terras e das operações de «pacificação» militar da província, o direito ao uso da língua albanesa na administração e nas escolas. Nenhum destes pontos foi alcançado. Contudo, os kashaks foram bem sucedidos em pelo menos dois aspectos: provaram que muitos albaneses não aceitavam a legitimidade da administração sérvia e, principalmente, obstruíram de forma eficaz os planos de colonização de Belgrado.

A partir de meados dos anos 30, as autoridades sérvias ponderaram outro tipo de medidas com vista a corrigir a seu favor o equilíbrio étnico no Kosovo e a prevenir uma futura explosão do irredentismo albanês. As mais radicais foram aventadas pelo académico sérvio bósnio Vaso Cubrilovic (um dos implicados no atentado de Sarajevo de 1914), que em 1937 dirigiu um memorando ao Parlamento sérvio criticando os métodos dos programas de colonização e aconselhando o emprego da «força bruta do Estado» para esvaziar o Kosovo da população albanesa. Numa das passagens mais impressionantes do seu documento afirmava: «O nosso mundo já se habituou a coisas muito piores do que esta e, de qualquer forma, está tão absorvido por outros problemas que nada teremos a recear. Numa altura em que a Alemanha deporta milhares de judeus e a Rússia desloca milhões de um continente para outro, a expulsão de umas centenas de milhares de albaneses dificilmente despoletará uma nova guerra mundial»<sup>24</sup>.

As medidas mais drásticas de Cubrilovic – entregar a colonização do Kosovo ao Estado-Maior do Exército ou, pura e simplesmente, forçá-los a partir – acabaram por não ser colocadas em prática, mas nem todos os seus conselhos caíram em saco roto, designadamente a sugestão de que os albaneses poderiam ser encorajados a emigrar para países muçulmanos. Assim, em 1938 os Governos de Belgrado e Ancara concluíram uma

convenção pela qual a Turquia se comprometia a receber cerca de duzentos mil «turcos» kosovares (um eufemismo para albaneses) nas regiões mais inóspitas da Anatólia – um plano só não concretizado porque as contrapartidas financeiras prometidas pela Jugoslávia não chegaram e o parlamento turco recusou ratificar o acordo.

### **Ballistas e Partizans**

Depois da capitulação da Jugoslávia perante as forças do Eixo, em Abril de 1941, o Kosovo é partilhado pelos novos senhores dos Balcãs: alemães e italianos. O território é partido ao meio: os distritos da região de Mitrovica, onde se localizavam as principais minas do cobre e zinco, são entregues às forças de ocupação alemãs; os restantes são absorvidos pela Albânia submetida à Itália fascista. Como os albaneses eram o grupo maioritário no Kosovo, italianos e alemães procuraram cultivar boas relações com os seus dirigentes, acenando-lhes com a perspectiva da devolução das terras confiscadas nas décadas anteriores e a expulsão dos colonos sérvios. No caso dos alemães, as promessas revelaram-se mais ou menos vãs, na medida em que a administração civil da província continuava entregue a sérvios nomeados pelo governo fantoche de Belgrado. Os italianos foram um pouco mais longe: inauguraram dezenas de escolas elementares em língua albanesa e cortejaram as aspirações irredentistas dos kosovares, concedendo-lhes o estatuto de cidadãos albaneses (ou melhor, de súbditos de Vítor Emanuel iii, que também assumira a coroa albanesa). No fundo, tratava-se de acenar-lhes com a perspectiva de uma «Grande Albânia» gozando de um estatuto semiautónimo no seio do «império italiano», ideia essa que será parcialmente tentada a partir de Fevereiro de 1943, embora sem grande sucesso (a Itália fascista estava à beira do colapso). Nem tudo eram rosas no Kosovo italiano, porém: a reintrodução das prestações feudais, por exemplo, uma medida destinada a cativar os grandes latifundiários locais, acabou por atrair uma boa parte do campesinato para a resistência à ocupação.

Quando após a morte de Tito se quebraram os tabus sobre a II Guerra Mundial na Jugoslávia, os sérvios foram particularmente veementes nas acusações que dirigiram aos albaneses relativamente à sua colaboração com as forças ocupantes. A participação de albaneses no exército italiano e nas milícias fascistas, a criação do Partido Fascista Albanês, e o alistamento de muitos albaneses na famosa divisão «Skanderberg» (uma homenagem ao «herói nacional» albanês do século xv) ainda hoje mancham o currículo histórico dos albaneses, incluindo os kosovares. Uma análise um pouco mais fina, porém, talvez não seja inútil. «A colaboração existiu certamente a muitos níveis», escreve Noel Malcom, «mas a sua força motriz não era nem a simpatia ideológica pelo Fascismo ou o Nazismo, nem o interesse pelos objectivos de guerra das potências do Eixo, mas, simplesmente, o desejo de muitos albaneses tirarem partido da oportunidade que o colapso da Jugoslávia lhes oferecia para averbarem ganhos territoriais e inverterem as políticas de eslavização das duas décadas anteriores»<sup>25</sup>.

Essa colaboração, comparável, de resto, à que se verificou noutras regiões da Jugoslávia (na Sérvia, por exemplo, mas sobretudo na Croácia de Ante Pavelic) não deverá obscurecer um facto importante: é que muitos kosovares albaneses militaram localmente contra as forças do Eixo. A principal nuance residia no facto dos dois principais movimentos de resistência – chetniks e partizans comunistas – terem uma fraquíssima implantação no Kosovo, e isto pela razão de serem ambos encarados pelos albaneses como organizações essencialmente eslavas. O movimento realista sérvio liderado pelo

coronel (depois general) Draza Mihailovic, era visceralmente nacionalista, lutava pelo restabelecimento de uma Jugoslávia dominada pela Sérvia e era apoiado pela Igreja Ortodoxa sérvia. Dos chetniks os albaneses nunca poderiam esperar nada de bom. O caso dos partizans comunistas é um pouco mais complexo. Os textos teóricos do Partido Comunista jugoslavo anteriores à II Guerra Mundial pareciam talhados para seduzir os nacionalistas albaneses. Os comunistas declaravam-se a favor do direito dos povos à auto-determinação, denunciavam o mito burguês da «Grande Sérvia» e criticavam asperamente os programas de colonização do Kosovo. Porém, uma questão de fundo persistia. É que para além de ser uma emanção do Partido Comunista Jugoslavo, o Partido Comunista do Kosovo recrutava o grosso dos seus dirigentes e militantes entre os colonos sérvios! Ora uma vez que a «questão nacional» era o factor que determinava o empenhamento político dos albaneses, estes dificilmente poderiam sentir-se atraídos por uma organização com aquelas características.

Boa parte da resistência albanesa ao Eixo vai pois desenvolver-se no quadro de organizações de cariz nacionalista e conservador, tuteladas pelos proprietários muçulmanos e chefes de clãs, que paralelamente se entregavam a uma luta sem quartel contra os bandos de chetniks e partizans. Uma dessas organizações dava pelo nome de Balli Kombëtar (Frente Nacional), minorizado pela historiografia sérvia como um movimento de defesa dos interesses dos beys albaneses, mas com uma implantação popular que superava largamente a dos comunistas ou realistas sérvios. Um dos seus líderes, Midhat Frashëri, era filho do mentor intelectual da Liga de Prizren, Abdyl Frashëri.

Dada a fraquíssima expressão das actividades do Movimento de Libertação do Kosovo (o braço dos partizans na região), Tito acabará por fazer algumas concessões ao nacionalismo albanês, permitindo, por exemplo, que em certos documentos oficiais do Conselho Antifascista de Libertação Nacional da Jugoslávia fosse referido, em termos ambíguos, o direito dos kosovares à autodeterminação. Mas Tito conhecia também a sensibilidade dos sérvios a este respeito e quando foi sugerido (Conferência de Bujan, 1943) que a resistência antifascista no Kosovo fosse conduzida em nome de uma futura união do território com a Albânia, a sua reacção foi imediatamente negativa. Tito podia também contar com o apoio da figura mais destacada dos partizans albaneses, Enver Hoxha. Um tosk do Sul da Albânia, Hoxha temia que uma «Grande Albânia» dominada pelos clãs ghegs do Kosovo atrapalhasse os seus planos para o futuro e, como tal, ia ainda mais longe do que os partizans jugoslavos, argumentando ser preferível que não houvesse qualquer movimento de resistência no Kosovo do que uma bem sucedida guerrilha independentista (como a encabeçada pelos irmãos Kryeziu, em quem os serviços secretos britânicos depositavam grandes esperanças). O resultado de todos estes impasses foi que até retirarem do Kosovo, em Outubro de 1944, os alemães só seriam verdadeiramente incomodados pelos bombardeamentos da aviação aliada e pelos avanços dos exércitos russo e búlgaro.

Os últimos meses de guerra serão trágicos para as aspirações irredentistas dos kosovares albaneses. Devido à sua colaboração pontual com as forças do Eixo, os comunistas desconfiavam do seu «reaccionarismo» e encaravam-nos como uma ameaça à integridade territorial jugoslava. Tito há muito percebera que para garantir ao Partido Comunista sérvio uma legitimidade de tipo nacionalista teria de manter o Kosovo como província da Sérvia. Por conseguinte, em finais de 1944 os partizans desencadearão uma operação

militar de grande envergadura destinada a erradicar os últimos focos de resistência ballista. Entre 1944 e 1945, calcula-se que cerca de quarenta e oito mil nacionalistas albaneses tenham perdido a vida nesse embate. E ao contrário do que sucedeu no resto da Jugoslávia, a resistência ao comunismo no Kosovo prolongar-se-ia até já bem entrada a década de 50. Em Agosto de 1945, o Conselho Regional Popular do Kosovo, uma estrutura ligada aos partizans, aprova o estatuto do território na nova Jugoslávia: uma região autónoma da Sérvia cujos poderes eram garantidos «pela Constituição da República Popular da Sérvia em conformidade com o texto da República Federativa da Jugoslávia». Ainda hoje os juristas albaneses e sérvios debatem o sentido desta resolução, uns tentando provar que o Kosovo integrou a Jugoslávia comunista como uma unidade federal individualizada, outros argumentando que a anexação do território pela Sérvia lhe era anterior. A questão é, no entanto, quase irrelevante. Há muito, provavelmente desde a Conferência de Jajce (Novembro de 1943), que as cúpulas comunistas haviam selado o destino do território: seria, como no anterior regime jugoslavo, um simples apêndice da Sérvia.

### **«Fraternidade e União»: o Kosovo na Jugoslávia comunista**

A Jugoslávia renascida das cinzas em 1945 baseava-se no conceito titista de «fraternidade e união»: os nacionalismos exclusivistas eram considerados uma realidade obsoleta e a vitalidade do novo Estado baseava-se na diversidade cultural dos seus povos. Até às reformas constitucionais dos anos 60, as próprias fronteiras entre as repúblicas assumiam um aspecto meramente administrativo – na expressão do Marechal seriam como «linhas brancas numa coluna de mármore». A configuração do novo Estado obedecia à preocupação de Tito de equilibrar e conter os diversos nacionalismos, por forma a que as tensões responsáveis pelo colapso do anterior regime não se repetissem. Os arranjos constitucionais do pós-guerra, é verdade, não agradaram a toda a gente: os sérvios ressentiram-se do facto de várias regiões onde estavam em maioria não terem sido incluídas no perímetro da sua República, ao passo que os outros grupos nacionais continuaram a queixar-se da sobre-representação dos sérvios nos órgãos estatais e partidários. Todavia, sempre que as rivalidades nacionalistas emergiam à superfície, o Marechal limitava-se a formular a questão: «Querem voltar a 1941?» A mera recordação da violência da guerra civil, das políticas genocidas do regime ustasha e das atrocidades dos realistas sérvios (e, claro está, a própria brutalidade do regime comunista de Tito) chegava para arrefecer os ânimos.

O problema do conceito «fraternidade e união» é que não traduzia uma situação de igualdade entre as diversas partes constitutivas da Federação. Os albaneses, por exemplo, voltavam a ser remetidos para uma categoria de cidadãos de segunda classe num Estado dominado por eslavos. Para não ferir as susceptibilidades sérvias, Tito negava-lhes o estatuto de nação (o pré-requisito para o estatuto de república federada) – ao mesmo tempo que o reconhecia aos macedónios, os quais, recorde-se, até 1945 eram geralmente tratados como uma minoria «búlgara». Na Constituição de 1946 o Kosovo era classificado como uma província autónoma da Sérvia, mas, ao contrário da Vojvodina (onde os sérvios eram maioritários), não possuía órgãos com poderes de decisão próprios, um tribunal supremo ou uma assembleia legislativa independente. Em 1953, ao suprimir a Câmara das Nacionalidades, a nova Constituição degradou ainda mais o seu estatuto: o Kosovo passava a ser um mero distrito sérvio, no quadro de uma Jugoslávia fortemente

centralizada. Apenas em finais dos anos 60, com o afastamento de Aleksander Rankovic (1966), o poderoso ministro do Interior sérvio, e a viragem no sentido da descentralização, é que a situação dos albaneses começaria a registar melhorias assinaláveis. Na Constituição sérvia de 1969 o Kosovo readquire o estatuto de província autónoma e dota-se de um aparato administrativo muito semelhante à das outras repúblicas (tribunal supremo, universidade autónoma, reforço dos poderes decisórios dos órgãos de governo locais). Finalmente, na Constituição de 1974, tanto o Kosovo como a Vojvodina vêem o seu estatuto de autonomia ampliado e passam a dispor de representantes directos em todos os órgãos federais. Mas, para os albaneses, a questão de fundo mantinha-se: porque não podiam eles (mesmo apenas formalmente) tornar-se a sétima república jugoslava, com o correspondente direito à autodeterminação e secessão, no caso de uma dissolução da Federação<sup>26</sup>?

Até bastante tarde, as perspectivas de futuro dos albaneses do Kosovo estiveram dependentes do relaxamento das tensões entre Belgrado e Tirana. Em 1948, recorde-se, fora a hipótese de uma federação balcânica liderada por Tito que levava ao cisma jugoslavo-soviético e, logo de seguida, ao corte de relações entre a Jugoslávia e o regime de Enver Hoxha. Como assinala Noel Malcom, a ruptura com Moscovo pode ter criado condições para as futuras políticas de liberalização na Jugoslávia, mas os seus efeitos imediatos foram no sentido do endurecimento do regime, com as consequentes depurações políticas, prisões arbitrárias e julgamentos à porta fechada. No Kosovo, a paranóia e as teorias conspirativas tomaram conta das autoridades jugoslavas, que durante anos a fio detiveram centenas de «agentes infiltrados» por Enver Hoxha (reais ou virtuais). Perante esta atmosfera de caça às bruxas, muitos albaneses encararam novamente a hipótese de abandonar o Kosovo. A pobreza e o atraso económico eram incentivos importantes para a emigração, mas não eram os únicos. É bom não esquecer que o comunismo viera interferir com muitas das suas práticas tradicionais, designadamente as religiosas. Entre 1945 e 1952, por exemplo, o governo jugoslavo extinguiu os tribunais islâmicos, aboliu as escolas confessionais, e mandou encerrar todas as confrarias muçulmanas. E ao mesmo tempo que concediam subsídios irrisórios às escolas albanesas, as autoridades jugoslavas promoviam a abertura de escolas «turcas», para onde pretendiam atrair os albaneses. Esta medida estava longe de ser inocente e ilustra bem a continuidade entre as políticas do anterior regime e a Jugoslávia titista. O elo de ligação é o já citado Vaso Cubrilovic, que durante a guerra se convertera em conselheiro dos partizans. Num relatório submetido à direcção do avnoj em 1944 declarava sem rodeios que «a única solução adequada para a questão das minorias é a emigração»<sup>27</sup>. A ideia não foi esquecida, pois em 1953, Belgrado e Ancara reactivavam o seu acordo de emigração dos anos 30 e desta vez com resultados palpáveis. Dos duzentos e quarenta e seis mil indivíduos que entre 1945 e 1961 emigraram da Jugoslávia para a Turquia, cem mil eram kosovares albaneses.

Seria no entanto errado ver na política jugoslava para o Kosovo, no período de 1945-1966, uma recapitulação da estratégia sérvia dos anos 20 e 30. No imediato pós-guerra, Tito teve o cuidado de acabar com os programas de colonização eslava e de devolver algumas terras aos albaneses, ao mesmo tempo que investia no combate ao analfabetismo e na criação de uma rede de instituições culturais, como jornais em língua albanesa, sociedades recreativas, bibliotecas. Mais do que promover a afirmação de uma identidade albanesa própria, Tito pretendia sobretudo conquistar os albaneses para o ideal jugoslavo.

A assimilação cultural forçada e a discriminação económica eram, a seu ver, os melhores tónicos para o separatismo albanês. Até 1966 essa opinião foi contrariada pelos apparatchiks sérvios, mas quando Tito decidiu afastar o chefe de fila destes, Aleksander Rankovic, os resquícios da administração colonial sérvia do Kosovo foram finalmente eliminados. Com as emendas constitucionais sérvias de 1969 e a Constituição Jugoslava de 1974, os albaneses passam a participar em pé de igualdade com os sérvios na administração, nos organismos estatais e nas estruturas partidárias da província, são autorizados a utilizar alguns dos seus símbolos nacionais (a bandeira vermelha com a águia negra bicéfala), gerem quase sem interferência a Universidade de Pristina e o bilinguismo é adoptado. E se no plano económico a estratégia adoptada pelas autoridades jugoslavas com vista à modernização da estrutura económica da província deixava muito a desejar em termos de eficácia e racionalidade (investimentos mal direccionados, políticas educativas inconsistentes), o esforço, pelo menos, deve ser reconhecido.

Porém, nada disto foi suficiente para erradicar as causas do mal-estar albanês. Mais: ao permitir que os albanos-kosovares se exprimissem de forma mais livre e intensificassem os seus contactos com a Albânia de Enver Hoxha (na sequência do desanuviamento das tensões entre Belgrado e Tirana, após a intervenção soviética na Checoslováquia em 1968), a política de apaziguamento de Tito desencadeou uma dinâmica de contestação que evoluiu num sentido progressivamente radical. Para além dos decepcionantes resultados económicos e das mediócras perspectivas de futuro de uma população jovem em franca expansão, aquilo que de sobremaneira frustrava os albaneses era a percepção do seu estatuto de menoridade face às restantes repúblicas. Definidos pela Constituição de 1974 como uma nacionalidade e não como uma nação, continuavam privados da sua república. Continuavam, em suma, a ser tratados como cidadãos de segunda.

### **O pós-titismo e a ascensão de Slobodan Milosevic**

Uma vez desaparecido o verdadeiro cimento do regime jugoslavo – Tito morre em Maio de 1980 –, as tensões nacionalistas no Kosovo não demoraram muito tempo a manifestar-se, e desta vez de forma mais violenta do que nunca. Em Março de 1981, uma revolta estudantil na Universidade de Pristina estará na base de uma vaga de protestos, motins e greves sem precedentes. Às reivindicações de cariz social e económico (a taxa de desemprego na província era altíssima) juntavam-se slogans de teor separatista: «Somos albaneses, não jugoslavos», «Kosovo-República», «Unificação com a Albânia». A repressão das autoridades federais é brutal. Durante meses, a província vive em estado de sítio, ocorrem prisões em massa e o julgamento dos implicados é feito à porta fechada. Uma vez estabilizada a situação, as cúpulas políticas jugoslavas adoptam a chamada «política de diferenciação» em relação ao Kosovo, uma forma eufemística de descrever as depurações levadas a cabo no partido, na administração e na Universidade de Pristina com vista ao desenraizamento do nacionalismo albanês.

O extremar de posições no Kosovo, porém, não se confinava apenas à comunidade albanesa. Também os sérvios endurecem o seu discurso, descontentes com as medidas de «discriminação positiva» aplicadas em benefício dos albaneses e que em poucos anos haviam conduzido à completa «albanização» da vida administrativa e social do Kosovo. Um outro factor que os perturbava era a evolução da estrutura demográfica da província. Entre 1961 e 1981 a população albanesa quase duplicara, passando de 647 000 (67,1 por cento do total da população) para 1 227 000 (75,5 por cento), ao passo que no mesmo

período a comunidade sérvia decrescia de 227 000 (23,5 por cento) para 221 000 (13, 2 por cento). A forma como os sérvios interpretavam este fenómeno é reveladora do seu complexo de insegurança. Para eles, a elevada taxa de natalidade albanesa nada tinha a ver com padrões demográficos próprios de uma sociedade tradicional – era uma conspiração dos separatistas albaneses visando criar uma província etnicamente homogénea e, nesse sentido, hostil à população eslava. Os ecos deste desconforto foram ouvidos na Sérvia, particularmente entre os círculos nacionalistas dissidentes do regime comunista. Para estes, as políticas de descentralização das autoridades federais em relação ao Kosovo e à Vojvodina não só configuravam uma ameaça directa à integridade territorial da Sérvia, como permitiam que aquelas duas províncias tivessem uma influência directa na política interna da Sérvia. O Kosovo e a Vojvodina, argumentavam, poderiam derrotar a Sérvia nas decisões dos órgãos federais e influenciar a votação de legislação no parlamento sérvio, onde ambas estavam representadas. Mas o inverso não era verdadeiro, ou seja, a Sérvia estava constitucionalmente impedida de interferir nos assuntos internos das suas duas províncias autónomas.

Se até à morte de Tito muitas destas críticas eram feitas em surdina, a partir de 1981 elas passarão a dominar o debate político em Belgrado, dentro e fora da hierarquia partidária. Nos principais jornais sérvios começam a surgir relatos macabros das chamadas «táticas genocidas dos separatistas albaneses»: actos de vandalismo contra igrejas e mosteiros ortodoxos, homicídios, violações de mulheres eslavas, destruição de bens e propriedades, envenenamento do gado. A emigração dos sérvios do Kosovo, claro está, não era nunca apresentada como um fenómeno motivado por causas económicas (a busca de melhores condições de vida nas regiões mais desenvolvidas da Jugoslávia), mas como uma consequência da campanha de intimidação física, moral e psicológica orquestrada pelos separatistas albaneses (e tolerada pela nomenklatura comunista). Em 1983, para grande surpresa das autoridades, o funeral de Aleksander Rankovic, reabilitado pelos nacionalistas como o protector dos sérvios no período titista, atraiu milhares de pessoas.

Em 1986 a Academia Sérvia das Artes e Ciências emprestou a sua caução a esta atmosfera crescentemente chauvinista permitindo que os trechos mais controversos de um Memorandum (título com grandes tradições na história nacional sérvia) dedicado à análise das relações entre a Sérvia e a Jugoslávia fossem publicados por um jornal de Belgrado. O ponto dos autores do Memorandum era este: a Jugoslávia estava à beira da desintegração e a culpa era das políticas de descentralização fomentadas por Tito para apaziguar as tendências nacionalistas e separatistas que se debatiam no seio da Federação. Os sérvios tinham sido prejudicados pela concessão da autonomia à Vojvodina e ao Kosovo, mas os seus motivos de queixa remontavam a 1945, pois Tito sempre lhes negara a possibilidade de viverem juntos numa só república. Agora, com o colapso iminente da Jugoslávia, esses sérvios encontravam-se à mercê do recrudescimento dos nacionalismos. Das várias comunidades sérvias dispersas pela Federação as mais ameaçadas eram as da Krajina e do Kosovo. A primeira enfrentava uma ameaça comparável à do Estado ustasha de Ante Pavelic, pelo que só o reconhecimento de um «estatuto nacional» poderia pô-la a salvo. O caso dos sérvios do Kosovo era ainda dramático. Nesta última região, o Memorandum referia que duzentos mil sérvios haviam sido «forçados a partir» nos últimos vinte anos, e os que ainda lá permaneciam eram vítimas de uma campanha de terror sistemática. Numa das suas passagens mais estridentes, o documento ia ao ponto de afirmar que «o genocídio físico,

político, legal e cultural da população sérvia do Kosovo e Metohija configura uma derrota histórica pior do que as verificadas nas guerras de libertação promovidas pela Sérvia desde a revolta de 1804 até ao levantamento de 1941»<sup>28</sup>. O governo jugoslavo devia então estabelecer «condições objectivas e duradouras» que permitissem o regresso do «povo exilado».

O apelo nacionalista do Memorandum deixou o establishment comunista sérvio e jugoslavo em estado de choque, e foi imediatamente denunciado como um panfleto chauvinista. No entanto, entre a hierarquia partidária de Belgrado houve pelo menos um homem que soube tirar as devidas ilações do seu conteúdo: Slobodan Milosevic. Antes que o vácuo ideológico aberto pelo colapso do comunismo pudesse ser tomado de assalto pelas forças sociais menos comprometidas com o antigo regime, Milosevic foi suficientemente oportunista para se antecipar a esse movimento. Aperfeiçoando um discurso nacional-populista, Milosevic colocou-se à frente de uma cruzada «antiburocrática» que, teoricamente, estaria vocacionada para varrer de cena apparatchiks como ele. Se as suas ligações à nomenklatura o tornavam uma figura suspeita aos olhos dos dissidentes sérvios, essa faceta vinha por outro lado tranquilizar todos aqueles que receavam perder a sua segurança ou os seus privilégios numa transição de regime demasiado brusca. E, como nota o politólogo Robert Thomas, ao incorporar na sua mensagem um conjunto de símbolos nacionais que extravasavam todas as fronteiras ideológicas, Milosevic pôde surgir aos olhos do sérvios como «uma figura supranacional cujas acções não eram julgadas pelos critérios políticos normais, e cuja popularidade pouco dependia da reputação da organização política que liderava»<sup>29</sup>.

Uma vez senhor da Liga dos Comunistas da Sérvia (Dezembro de 1987), Milosevic podia aspirar a voos mais altos, designadamente a dominação da Federação Jugoslava, onde a Sérvia desempenharia o papel liderante e ele próprio sucederia a Tito. Para tal, precisava de conquistar a maioria dos votos no colégio que elegia a presidência federal jugoslava. Em escassos meses, esse objectivo esteve à beira de ser alcançado. Em Outubro de 1988, os seus apaniguados lideram uma purga no Partido Comunista da Vojvodina e passam a controlar os destinos da província, que em breve exige o fim da sua própria autonomia. Nesse mesmo mês, a liderança do Partido Comunista do Montenegro demite-se em bloco na sequência das manifestações «antiburocráticas» organizadas pela facção pró-Milosevic de Momir Bulatovic. Em Fevereiro de 1989, o parlamento sérvio aprova um conjunto de emendas constitucionais que devolviam a Belgrado o controlo sobre a polícia, os tribunais e a defesa civil do Kosovo, ao mesmo tempo que limitavam a autonomia dos kosovares no plano financeiro e das políticas sociais. Como estas emendas careciam da aprovação da Assembleia Provincial de Pristina para entrarem em vigor, os deputados kosovares são «convidados» a ratificá-las em 23 de Março de 1989, numa sessão em que a sede do parlamento esteve cercada por tanques e veículos blindados e as galerias contaram com uma presença significativa de elementos da polícia de segurança e funcionários da Liga dos Comunistas da Sérvia<sup>30</sup>. Uma semana depois, o parlamento de Belgrado aprovava a nova Constituição sérvia, a qual reduzia a um estatuto puramente simbólico os poderes legislativo, judiciário e administrativo do Kosovo. Contudo, ao conservar a autonomia territorial do Kosovo e da Vojvodina, Milosevic podia contar com o voto de ambas as províncias (mais os da Sérvia e Montenegro) no colégio que elegia a presidência federal. Bastava-lhe pois mais um voto para dominar a Federação. Curiosamente, porém, seria no decurso das manifestações desencadeadas no Kosovo

contra a revogação da autonomia que a estratégia de Milosevic sofreria o seu golpe de misericórdia. Em Fevereiro, quando os mineiros de Trepça se recusam a regressar à superfície como sinal de protesto pelo fim da autonomia, o presidente esloveno Milan Kucan veio a público declarar que a Jugoslávia estava a ser «defendida» pelos mineiros albaneses. Isto significava que as restantes repúblicas, especialmente a Eslovénia e a Croácia, não estariam dispostas a ser as próximas vítimas das ambições hegemónicas da Sérvia. Antes que os seus rivais internos – nacionalistas como Vuk Draskovic e ultranacionalistas como Vojislav Seselj – pudessem tirar partido da reacção eslovena e croata, Milosevic tratou de reajustar a sua estratégia, apropriando-se então do conceito de «Grande Sérvia». Como a independência da Eslovénia não constituía qualquer empecilho a este projecto, e a passividade do exército federal facilitaria os objectivos eslovenos, Kucan e Milosevic facilmente chegaram a acordo: «a Eslovénia podia abandonar a Jugoslávia desde que não se opusesse ao argumento sérvio de que uma secessão croata só poderia realizar-se sem os sérvios da Krajina. E foi assim, com Milosevic a armar os sérvios croatas, e depois os sérvios bósnios, que a guerra pela Grande Sérvia começou»<sup>31</sup>.

### **Do ldk ao uçk: impasse e revolta**

A revogação do estatuto de autonomia do Kosovo constituiu um choque profundo para a maioria albanesa, porquanto a reimposição da soberania sérvia seria acompanhada de todo um conjunto de medidas – como o «Programa para Alcançar a Paz, a Liberdade, Igualdade e Prosperidade no Kosovo» (1990) – que se aproximavam muito das políticas de serbização dos anos 20 e 30. No entanto, a forma como os albaneses organizaram a resistência à «ocupação sérvia» (a expressão não é descabida dado o aparato militar que Milosevic deslocou para o Kosovo), veio desmentir as previsões dos analistas que em 1989 consideravam estar iminente uma explosão de violência na província.

Depois das emendas constitucionais sérvias, a comunidade albanesa embarcou num longo processo de introspecção, a fim de identificar os motivos das desavenças que em tantos momentos haviam fragilizado a sua coesão. A multissecular «vingança de sangue», por exemplo, foi parcialmente abolida em impressionantes cerimónias de reconciliação entre os clãs albanos-kosovares. Alguns intelectuais muçulmanos chegaram mesmo a discutir a possibilidade de uma conversão em massa ao catolicismo como forma de tornar a causa albanesa mais apelativa junto do Ocidente. O resultado desta reflexão conduziu os dirigentes albaneses a uma estratégia não-violenta, de negação simbólica da legitimidade do domínio sérvio.

Em Julho de 1990 os deputados albaneses à Assembleia Provincial de Pristina tentam boicotar a nova Constituição sérvia aprovando uma resolução que apelava à independência do Kosovo no quadro da Federação Jugoslava. Em resposta, as autoridades sérvias decidem dissolver o governo e parlamento provinciais e suprimem os últimos vestígios da autonomia kosovar (à excepção do voto do representante do Kosovo no colégio presidencial). Em Setembro desse ano, os antigos deputados reúnem-se na cidade de Kaçanik e aí proclamam a lei constitucional que criava a «República do Kosovo» e previa a realização de eleições para uma nova assembleia e Presidência da República. Um ano depois, nas barbas das autoridades sérvias, a população albanesa vota em massa num referendo destinado a ratificar a Constituição de Kaçanik. Em Maio de 1992 decorrem as primeiras eleições democráticas no Kosovo (boicotadas pela comunidade sérvia), com a presença de vários observadores norte-americanos e europeus.

A Liga Democrática do Kosovo (ldk), o maior partido albanês (setecentos mil militantes), conquista noventa e seis dos cento e trinta mandatos disponíveis e o seu líder, Ibrahim Rugova, professor da Universidade de Pristina, antigo estudante de Roland Barthes em Paris e um admirador dos métodos não-violentos de Ghandi, é eleito presidente da «República do Kosovo»<sup>32</sup>.

Durante a guerra da Bósnia (1992-1995), Rugova e os dirigentes albaneses recusaram diversos apelos do presidente croata Franjo Tudjman, e do presidente bósnio Alija Izetbegovic no sentido de abrirem uma «segunda frente» militar no Kosovo contra os sérvios<sup>33</sup>. Na verdade, para além de recearem ser vítimas das mesmas campanhas de limpeza étnica levadas a cabo pelos sérvios contra os muçulmanos bósnios, e de duvidarem do êxito de uma insurreição armada contra o exército regular jugoslavo, os homens do ldk tinham outras razões para se manterem afastados do conflito. É que, do ponto de vista teórico, o triunfo dos separatistas sérvios na Krajina e na Bósnia era-lhes útil. Parece contraditório? Só à primeira vista. Conforme nota Tim Judah, os albaneses argumentavam que, no fundo, as suas aspirações coincidiam com as dos sérvios. Se os sérvios bósnios, 31 por cento da população da Bósnia, e os sérvios da Croácia, 17 por cento da população da Croácia, reclamavam uma existência estatal independente e, possivelmente, uma união à Sérvia, então, com que legitimidade é que Milosevic lhes negaria o mesmo direito em relação à Albânia, eles que constituíam 16 por cento da população da República Federal Jugoslava e 90 por cento da população do Kosovo? Tal como os sérvios, o ldk também não estava interessado em ver a comunidade internacional vinculada ao dogma da inviolabilidade das antigas fronteiras jugoslavas, pois isso significava manter o Kosovo encurralado na Sérvia, com um estatuto de maior ou menor autonomia.

Assim, entre 1992 e 1995 o ldk concentra-se em três objectivos fundamentais: continuar a desafiar a legitimidade do domínio sérvio através de boicotes às eleições jugoslavas e da consolidação das suas estruturas para-estatais; envolver a comunidade internacional numa solução diplomática para o problema do Kosovo; evitar a eclosão da violência armada no Kosovo e as inevitáveis represálias sérvias<sup>34</sup>.

O primeiro destes objectivos foi cumprido com razoável sucesso. Em resposta às políticas de segregação dos sérvios, os albaneses montam uma verdadeira «sociedade paralela», com o seu sistema fiscal próprio, tribunais e forças policiais independentes, clínicas particulares e um sistema educativo próprio. A população albanesa aderiu em massa aos boicotes às eleições sérvias, e as suas instituições democráticas continuaram a funcionar de forma semiclandestina mas regular. É claro que nada disto seria possível sem um certo grau de tolerância por parte dos sérvios, o que não é difícil de explicar. Enquanto os albaneses se mantivessem unidos em torno da estratégia não-violenta do ldk, o Kosovo viveria numa atmosfera de tensão latente mas controlável.

Os dirigentes do ldk foram menos bem sucedidos no seu segundo objectivo. Até hoje apenas a Albânia, em Outubro de 1991<sup>35</sup>, reconheceu a «República do Kosovo» como um Estado soberano e independente. A falta de resposta da comunidade internacional às reivindicações dos kosovares tem de ser vista sob dois ângulos distintos: o dos princípios do direito internacional e o do cálculo estratégico das grandes potências.

A secessão do Kosovo da Jugoslávia foi encarada como uma ameaça a um dos pilares do sistema internacional: a doutrina da unidade territorial dos Estados (ou, no caso da Europa, da inviolabilidade das fronteiras internacionais ou externas dos Estados). É claro

que, em muitos casos, esse princípio entra em choque com um outro, não menos caro à comunidade internacional: o direito dos povos à autodeterminação. Durante os quarenta e cinco anos da Guerra Fria, porém, o direito à autodeterminação foi essencialmente reconhecido aos territórios não-autónomos sujeitos a um regime de dominação colonial, e não propriamente a outros povos em busca de uma existência estatal. Todavia, com o colapso dos Estados comunistas multiétnicos, o problema da coexistência desses dois princípios ganhou uma nova acuidade, até porque alguns dos nacionalismos emergentes não possuíam uma base territorial bem definida do ponto de vista histórico e jurídico. O reconhecimento incondicional do direito à autodeterminação no contexto jugoslavo ou soviético poderia criar precedentes para um processo de fragmentação de consequências imprevisíveis. No caso das declarações unilaterais de independência da Eslovénia e Croácia em 1991, a comunidade internacional pôde justificar o reconhecimento desse acto na base da própria Constituição jugoslava de 1974, que admitia a possibilidade das suas unidades constitutivas declararem a secessão. Dito de outra forma: não era o direito dos eslovenos e croatas à autodeterminação que se reconhecia, mas sim a soberania territorial das repúblicas eslovena e croata. Em relação ao Kosovo, porém, a perspectiva adoptada foi muito mais restritiva (e aqui não terá sido alheia a irrupção da crise tchechena): embora reconhecendo a gravidade da situação dos direitos humanos e as condições altamente irregulares em que a autonomia da província fora revogada em 1989, a comunidade internacional alegou que o Kosovo nunca possuíra o estatuto de república na antiga Federação jugoslava, pelo que o seu direito à secessão estava longe de ser evidente<sup>36</sup>.

A apreensão da comunidade internacional relativamente a uma independência do Kosovo era reforçada pela percepção das suas possíveis implicações estratégicas. Entre as chancelarias ocidentais, a secessão da província era vista como uma ameaça à estabilidade não só do Sul dos Balcãs, como do Próximo Oriente. Na base deste cenário estava o irredentismo albanês. Um Kosovo unido à Albânia colocaria em perigo os delicados equilíbrios étnicos da vizinha Macedónia, onde a perspectiva de uma «Grande Albânia» poderia exacerbar as tendências separatistas da minoria albanesa<sup>37</sup>. Se a Albânia interviesse a favor dos seus protegidos, um cenário muito semelhante ao da primeira Guerra Balcânica poderia repetir-se, pois facilmente a Bulgária, a Grécia e a Sérvia encontrariam pretextos para intervir. Nesse caso a Turquia poderia vir em socorro da Albânia, de quem se tem aproximado desde 1991. As potências ocidentais, e em especial os eua, temiam porém que se Milosevic recorresse à força bruta para conter o separatismo kosovar, o mais provável seria que estes dominós caíssem todos na mesma, com ou sem a independência do Kosovo. A diplomacia norte-americana acompanhou com atenção a revolta albanesa e pressionou Milosevic a restaurar a autonomia da província. Em Dezembro de 1992, a Administração Bush, num dos seus últimos actos de política externa, chegou mesmo a ameaçar o presidente sérvio com o uso da força se o seu governo continuasse a transferir mais unidades militares para o Kosovo<sup>38</sup>.

O ultimato de Bush, porém, acabaria por não ser o prenúncio de uma atitude mais assertiva por parte do Ocidente. Nos anos seguintes, a estratégia não-violenta de Rugova e a evolução da crise bósnia jogaram a favor de Milosevic. Os eua e os seus aliados exerceram uma pressão continuada sobre os dirigentes albaneses para que estes tomassem parte activa na vida política sérvia, pois dessa forma poderiam viabilizar uma alternativa democrática a Milosevic. Em Dezembro de 1992, por exemplo, o milhão de eleitores

albaneses teria certamente influenciado o resultado das eleições presidenciais sérvias a favor do liberal Milan Panic, que durante a campanha prometera respeitar os direitos humanos no Kosovo e iniciar negociações para a restauração da autonomia da província. Um tal cenário, porém, ameaçava seriamente os objectivos maximalistas do ldk. A historiadora Miranda Vickers considera que «teria sido desastroso para os homens do ldk se um pacifista como Panic tivesse restaurado os direitos humanos no Kosovo, na medida em que isto os deixaria com pouco mais do que uma agenda para alterar fronteiras»<sup>39</sup>.

O ponto de viragem na crise kosovar é o Acordo de Dayton (Novembro de 1995), que põe termo à guerra da Bósnia. Aparentemente, o sentido geral do acordo ia ao encontro das expectativas de Rugova. É certo que em nome da inviolabilidade territorial das antigas repúblicas jugoslavas, a Bósnia-Herzegovina era considerada um «Estado unitário» com as fronteiras que possuía desde 1945, mas ao consagrar a existência de duas entidades distintas no seu interior, a Federação Croato-Muçulmana e a República Srpska (rs), a comunidade internacional vinha satisfazer uma das principais reivindicações dos sérvios bósnios – um estatuto nacional autónomo, que não lhes fechava completamente as portas a uma futura unificação com a Sérvia. Um estatuto semelhante ao da rs teria, provavelmente, sido bem aceite pelo ldk em 1995. Contudo, na ânsia de garantirem o empenhamento de Milosevic na implementação do acordo, as potências ocidentais excluíram a questão do Kosovo na agenda negocial de Dayton. Mais: a premiarem Milosevic com o reconhecimento da República Federal da Jugoslávia, estavam também a reconhecer formalmente a soberania sérvia sobre o Kosovo. É certo que Milosevic continuou a ser asperamente censurado pela supressão da autonomia da província e por tolerar as sistemáticas violações dos direitos humanos pelas forças de segurança sérvias, mas nenhum prazo para corrigir estes problemas lhe foi imposto.

Desta forma, a partir de 1996, o terceiro objectivo do ldk – evitar uma intifada anti-sérvia no Kosovo – tinha os seus dias contados. Durante anos os albaneses cerraram fileiras em torno de Rugova porque este lhes tinha garantido que a não-violência era a linguagem preferida do Ocidente. Ora, o Acordo de Dayton vinha provar exactamente o contrário. Os sérvios bósnios foram parcialmente recompensados pelos seus métodos implacáveis. Os croatas expulsaram duzentos mil sérvios da Krajina em menos de três semanas e ninguém se mostrou excessivamente incomodado com o facto. Destacadas figuras da comunidade albanesa, como o escritor e antigo dissidente Adem Demaci, ou o influente jornalista Veton Surroi, começaram a criticar os métodos pacifistas do ldk. A evolução demográfica da província jogava também contra Rugova. A esmagadora maioria dos jovens albaneses com menos de trinta anos (cerca de 70 por cento da população kosovar) não fala servo-croata, não viveu o período dourado da autonomia kosovar (1969-1981) e a sua mais forte recordação política é a revogação da autonomia em 1989 e a dureza da administração sérvia. Para eles só um cenário era admissível: a independência total do Kosovo. O principal beneficiário deste angst geracional foi o uçk (Ushtria Çlirimtare e Kosoves, Exército de Libertação do Kosovo), que a partir de 1996 se constituiu no principal pólo da resistência kosovar.

Desde que desencadeou as suas primeiras acções ofensivas em 1995 (ataques a esquadras de polícia e a postos de fronteira), muita tinta correu já sobre o uçk. Até muito recentemente, as percepções ocidentais do uçk foram essencialmente moldadas pela propaganda sérvia e do ldk. Para os primeiros, o uçk não passa de um bando de narcotraficantes que forjou uma mensagem separatista para encobrir actividades criminosas.

Para os segundos, o movimento é uma derivação do lpk (Movimento Popular do Kosovo, fundado em 1982 por seguidores de Enver Hoxha), que combina uma ideologia estalinista com métodos políticos violentos. Algumas destas acusações têm um fundo de verdade: parte dos financiamentos do uçk é proveniente de donativos de kosovares influentes na rota da heroína de Zurique, mas isso não faz do uçk uma organização de traficantes de droga. Por outro lado, alguns elementos proeminentes da actual direcção do uçk são de facto antigos «enveristas», mas este rótulo deve ser utilizado com cuidado: no início dos anos 80, ao abrigo dos programas de intercâmbio entre as Universidades de Tirana e Pristina muitos estudantes universitários que depois ingressaram no lpk absorveram avidamente os manuais políticos enviados por Hoxha, mas a sua endoutrinação marxista-leninista foi, na verdade, muito superficial. Como assinala Tim Judah, mais do que o enverismo, o estalinismo ou qualquer outro ismo aquilo que acima de tudo os motivava era a independência do Kosovo e a unificação com a Albânia<sup>40</sup>.

Como já vários analistas observaram<sup>41</sup>, o uçk tem de ser visto no contexto da história do Kosovo e do nacionalismo albanês. Em muitos aspectos, situa-se numa trajectória de continuidade relativamente à Liga de Prizren e à guerrilha kaçak dos anos 20. Com os fundadores do moderno nacionalismo albanês, tem em comum o sonho da «Grande Albânia» e, nesse sentido, encara a luta de libertação do Kosovo como o primeiro passo para uma unificação das regiões balcânicas onde os albaneses são maioritários (Albânia, Kosovo, Macedónia Ocidental, e pequenas parcelas do Montenegro e da Grécia). Com o movimento kaçak partilha a mesma origem geográfica (o planalto de Drenica, no Kosovo central), um padrão de recrutamento social muito semelhante (agricultores em armas e toda a espécie de foras-da-lei) e, claro está, as aspirações separatistas e irredentistas.

A grande oportunidade do uçk surgiu em 1997, quando o Estado albanês entrou em colapso na sequência do escândalo das «sociedades piramidais». No ambiente de caos e anarquia em que a Albânia mergulhou, os depósitos militares ficaram a saque e de um dia para o outro milhares de armas automáticas puderam ser adquiridas pelos rebeldes a preços irrisórios. Também nesse ano, a diáspora kosovar na Alemanha e na Suíça envidou grandes esforços no sentido de adquirir material bélico mais sofisticado, e diversas fontes referem que alguns países islâmicos terão fornecido armas, instrutores e dinheiro ao movimento<sup>42</sup>. Estes últimos rumores contribuíram para que os eua e as potências ocidentais vissem com muito maus olhos a ultrapassagem do moderado Rugova pelos radicais do uçk. Em Fevereiro de 1998, já depois dos rebeldes terem lançado a sua primeira grande ofensiva (Outono de 1997) o enviado especial dos eua aos Balcãs, Robert Gelbard, considerava-os «sem dúvida, um grupo terrorista», acrescentando que os «eua condenavam fortemente as acções terroristas no Kosovo»<sup>43</sup>.

Em poucos meses, tudo mudaria. A campanha brutal conduzida nesse ano pelo exército jugoslavo e pelos grupos paramilitares sérvios no Kosovo fez regressar os horrores da «limpeza étnica» aos ecrãs de televisão do Ocidente. Enquanto o embaixador norte-americano na Macedónia, Christopher Hill, tentava em nome dos países do «Grupo de Contacto» (eua, Reino Unido, França, Itália, Alemanha e Rússia) encontrar uma solução aceitável para as duas partes, a nato vinha finalmente ameaçar Milosevic com bombardeamentos aéreos caso este não comesse a reduzir o seu aparato militar no território (Outubro de 1998). Em Fevereiro de 1999, no Castelo de Rambouillet, em Paris, a delegação albanesa, encabeçada pelo líder político do uçk, Hashim Thaçi, foi fortemente pressionada pelos americanos e europeus a colocar a sua assinatura no

documento que coroava o intenso esforço diplomático do embaixador Hill, e que previa um estatuto (provisório) de larga autonomia para o Kosovo, a protecção dos direitos da minoria sérvia, a retirada das forças de segurança jugoslavas e a desmilitarização do uçk, bem como a realização de eleições livres sob a supervisão da osce. ao fim de três anos, retomar-se-iam as conversações e, se o contexto regional e internacional assim o permitisse, a independência da província seria discutida. Entre os diplomatas ocidentais havia convicção de que só a presença de um contingente de trinta mil soldados da nato no Kosovo seria capaz de garantir a implementação do acordo, e esse seria o pretexto a que Milosevic se agarraria para recusar a proposta do «Grupo de Contacto». A 24 de Março, a nato responde a essa recusa com o desencadear de uma campanha de bombardeamentos aéreos contra a Jugoslávia, que se arrastaria por onze semanas. Com a sua infra-estrutura económica seriamente danificada, enfrentando o isolamento internacional e a divisão interna, a Sérvia vê-se forçada a aceitar os termos propostos pela Aliança Atlântica para a suspensão dos bombardeamentos e a retirada total das suas forças do Kosovo.

### **Conclusão: o Kosovo depois da campanha da nato**

Mau grado a ambiguidade subjacente às condições da «rendição» sérvia – a restituição da autonomia do Kosovo é reafirmada na Resolução 1244 do Conselho de Segurança da onu (9-6-1999), mas desaparecem as referências à independência do território depois de um período de transição –, todos os acontecimentos ocorridos desde Junho apontam para a irreversibilidade da independência do Kosovo. Com a sua legitimidade reforçada pela resistência ao exército jugoslavo, os homens do uçk tomaram de assalto as estruturas locais de governo e, apesar de parcialmente desmilitarizados, é quase certo que exercerão um papel preponderante nos assuntos políticos do território. O reconhecimento da independência formal do Kosovo poderá tardar, é possível que a administração da onu e a tutela militar da nato se arrastem por mais algum tempo do que o previsto, mas tudo indica que o desfecho irá ser mesmo aquele. Aliás, como nota Michael Mandelbaum, é pouco provável que os países da Aliança Atlântica queiram arriscar repetir a experiência do Líbano em 1982-1983, onde os soldados americanos chegaram como «pacificadores» e acabaram como alvos das facções locais<sup>44</sup>.

Para além da irreversibilidade da independência do Kosovo, a guerra veio também pôr em risco a viabilidade de um Kosovo multiétnico. Voluntária ou involuntariamente, a kfor encontra-se neste momento a presidir a uma operação de «limpeza étnica» em sentido contrário. Aldeia a aldeia, rua a rua, casa a casa, os albanos-kosovares vão expulsando as escassas dezenas de milhares de sérvios que, em Junho, ainda permaneciam na província. Alguns dos ajustes de contas têm o selo do uçk, mas os relatos que nos chegam da violência em curso remetem para actos espontâneos de uma população sedenta de vingança<sup>45</sup>. Os sérvios do Kosovo parecem pois condenados a sofrer um destino idêntico aos seus duzentos mil compatriotas da Krajina e da Eslavónia Ocidental, expulsos das suas aldeias pelo exército croata sem que a comunidade internacional tenha dado mostras de grande indignação<sup>46</sup>. Ora, também neste aspecto o conflito do Kosovo apresenta uma curiosa continuidade com o passado. Tal como no século xix a maioria dos intelectuais e políticos europeus tolerava as atrocidades cometidas pelos cristãos dos Balcãs como o resultado inevitável da sua luta contra o «jugo otomano», um número significativo de líderes de opinião no Ocidente tende agora a desculpar os impulsos

vingativos dos albaneses, usando como pretexto a sua emancipação do «domínio colonial» de Belgrado.

Assim, em nome da alegada eficácia do Estado-nação etnicamente homogêneo, vários séculos de vida em comum entre sérvios e albaneses poderão estar prestes a chegar ao fim. É certo que esse convívio nem sempre foi idílico, sobretudo a partir do momento em que a religião secular do nacionalismo fez a sua entrada no Kosovo e plantou as sementes da desconfiança entre as duas comunidades. Mas, até que a desagregação do Império Otomano viesse exacerbar essas tensões, sérvios e albaneses não pareciam excessivamente incomodados por viverem paredes meias. Os casamentos mistos, a miscigenação cultural e o sincretismo religioso – fenómenos recorrentes em cinco séculos de dominação otomana – são testemunho dessa atmosfera de cooperação e tolerância mútua. Alguns dirão que sem uma autoridade exterior capaz de coercivamente impor determinadas regras de convívio, os Balcãs continuarão à mercê dos ódios e rivalidades nacionalistas. Se assim for, Tito, que considerava a sua divisa «fraternidade e união» incompatível com o exercício da democracia, sentir-se-á vingado. No entanto, esta leitura histórica apresenta uma importante falha: é que nunca a democracia teve hipóteses de desenvolver raízes suficientemente fortes na península balcânica. Os nacionalismos étnicos que aí têm proliferado não são compatíveis com um modelo liberal de democracia, onde a minoria respeita as decisões da maioria e esta não procura espezinhar os direitos da minoria.

Resta ainda acrescentar que um Kosovo etnicamente homogêneo talvez acabe por suscitar mais problemas do que aqueles que poderá resolver. As pressões para uma unificação com a Albânia crescerão. O irredentismo albanês na Macedónia receberá um novo impulso. Os sérvios e croatas da Bósnia poderão sentir-se tentados a seguir o exemplo do Kosovo reivindicando uma união com Belgrado e Zagreb, o que representaria uma séria ameaça ao delicado equilíbrio regional estabelecido pelos Acordos de Dayton. É certo que os actuais semiprotectorados militares da nato na Bósnia, Albânia e Macedónia (e agora no Kosovo) têm conseguido manter a situação sob controlo, mas nada garante que os governos dos países que compõem a Aliança Atlântica estejam dispostos a suportar indefinidamente os riscos e os custos dessa presença militar. Uma paz duradoura nos Balcãs exigirá sempre algo mais: uma recuperação económica sustentada, o desenvolvimento das forças da sociedade civil, e, sobretudo, a consolidação de um modelo de democracia plural e tolerante.

A estabilização dos Balcãs terá também de passar pela Sérvia, um Estado que historicamente tem procurado federar os seus vizinhos mais pequenos, acabando sempre por ser repellido como opressor. De momento, os dirigentes sérvios parecem resignados com a «perda» do Kosovo, mas nada garante que o filão do nacionalismo não volte a ser explorado, especialmente se o ressentimento popular contra o Ocidente se agudizar nos próximos anos. Aliás, a incapacidade revelada pela generalidade das elites intelectuais sérvias no sentido de pensarem a questão do Kosovo para lá da sua mitologia nacionalista é algo que continua a desconcertar todos os analistas e observadores dos Balcãs.

No entanto, uma fracção importante dos sérvios não ignora também que foi graças à manipulação do mito do Kosovo que Milosevic os precipitou num ciclo trágico de derrotas, a última das quais com consequências particularmente devastadoras. Esses sérvios sabem também que foram as sucessivas guerras nacionalistas de Milosevic que isolaram internacionalmente a Sérvia, arruinaram o seu tecido económico e, sobretudo,

abortaram a transição do autoritarismo comunista para um regime democrático pluralista. Estes são os sérvios que, encorajados pelo Ocidente, poderão desafiar o monopólio político de Milosevic e da sua clique. Se forem bem sucedidos, é provável que o debate político na Sérvia comece finalmente a girar menos em torno de mitos, lendas e crenças e mais em torno de programas concretos e racionais. E se, como diz o antropólogo Clifford Geertz, «um mundo totalmente desmitificado é um mundo totalmente despolitizado»<sup>47</sup>, então talvez reste aos sérvios procurarem mitos e tradições menos agressivos e mais condizentes com as realidades da Europa contemporânea. Como já alguém notou, o reinado de Pedro I Karadjordje (1903 -1914), um período geralmente identificado como a «idade de ouro» da governação parlamentar na Sérvia, poderia, por exemplo, constituir um bom ponto de partida para a reinvenção do nacionalismo sérvio<sup>48</sup>.

### Notas

<sup>1</sup> Uma boa descrição desta querela encontra-se em Miranda Vickers, *Between Serb and Albanian: A History of Kosovo*. London: Hurst & Co, 1998, pp. 1-6.

<sup>2</sup> A este respeito ver Noel Malcom, *Kosovo. A Short History*. London: MacMillan, 1998, em especial pp. 22-40. Depois de pesar cuidadosamente os vários argumentos em jogo, o historiador inglês inclina-se pela origem ilíria dos albaneses, mas, sensatamente, adverte que questões deste género são completamente irrelevantes quando se discute a justeza das actuais pretensões de sérvios e albaneses.

<sup>3</sup> Para uma avaliação do impacto histórico desta simbiose entre a monarquia e a Igreja sérvia, ver Tim Judah, *The Serbs. History, Myth & the Destruction of Yugoslavia*. New Haven: Yale University Press, 1997, em especial as pp. 17-28 e 43-47.

<sup>4</sup> Noel Malcom, 1998, p. 50.

<sup>5</sup> Noel Malcom, 1998, p. 61.

<sup>6</sup> Para uma descrição mais pormenorizada da versão «canónica» da lenda do Kosovo, ver o artigo de Warren Zimmermann, «The Demons of Kosovo», *The National Interest*, 52, 1998, pp. 3-11.

<sup>7</sup> Tim Judah, 1997, p. 37.

<sup>8</sup> Noel Malcom, 1998, p. 79.

<sup>9</sup> Miranda Vickers, 1998, pp. 76-77.

<sup>10</sup> Sobre o impacto do nacionalismo nos Impérios Habsburguês e Otomano e as suas sequelas históricas, ver William Pfaff, «Invitation to War», *Foreign Affairs*, vol. 72, Verão, 1993, pp. 97-109 e William H. Hagen, «The Balkan's Lethal Nationalisms», *Foreign Affairs*, 78, Julho-Agosto, 1999, pp. 52-64.

<sup>11</sup> Em Inglaterra, por exemplo, o célebre panfleto de Gladstone «Os Horrores Búlgaros e a Questão do Oriente» (1876), ajudou a fundar uma tradição eslavófila com numerosos adeptos entre os historiadores e escritores de origem «radical», dos quais poderíamos destacar os nomes de R. W. Seton-Watson, A. J. P. Taylor, George Trevelyan e, sobretudo, Rebecca West, cujo livro de viagens *Black Lamb and Grey Falcon* (1937) durante muito tempo constituiu uma das principais obras de referência em língua inglesa sobre os povos balcânicos. A partir dos anos 60, porém, uma série de estudos começaram a questionar a «bondade» dos nacionalismos jugoslavos e a rever alguns dos principais lugares-comuns sobre os dois grandes impérios da região, e em especial o habsburguês. A este respeito é justo referir o pioneiro livro de Edward Crankshaw, *The Fall of the House of Habsburg*. Londres: Papermac, 1981 (a 1.ª edição é de 1963).

<sup>12</sup> Para a evolução das percepções ocidentais do Império Otomano, ver Andrew Wheatcroft, *The Ottomans: Dissolving Images*. New York: Viking Penguin, 1996.

<sup>13</sup> Georges Castellan *Histoire des Balkans*. Paris: Fayard, 1991, pp. 118-119.

<sup>14</sup> As trinta e sete mil «almas» dos documentos contemporâneos da «Grande Migração» transformaram-se, pela mão dos historiadores nacionalistas sérvios, em trinta e sete mil «famílias». Para a desconstrução do mito da *Velika Seoba*, Noel Malcom, 1998, pp. 139-162, é, uma vez mais, a referência incontornável.

<sup>15</sup> Paul Garde, *Vie et Mort de la Yougoslavie*. Paris: Fayard, 1992, p. 39. Pensando nas consequências de um colapso do Império Habsburguês (a assimilação forçada das populações eslavas pela Alemanha e Hungria), Tomás Palacky, um dos mentores do nacionalismo checo e, depois de 1848, do «austro-eslavismo», observou que «se o Império austríaco não existisse, ele teria de ser inventado no interesse da Europa e da humanidade».

<sup>16</sup> Misha Glenny, «Why the Balkans are so violent», *New York Review of Books*, 9 de Setembro de 1996.

<sup>17</sup> Misha Glenny, 1996.

<sup>18</sup> É importante notar que os clãs de albaneses católicos não estavam excluídos do embrionário movimento nacionalista albanês. Com efeito, apesar do «namoro» que lhes era feito por sérvios e montenegrinos, os albaneses católicos (na sua grande maioria ghegs, nome dado às populações das regiões montanhosas do Norte da Albânia e do actual Kosovo) sempre se sentiram mais próximos dos tosk muçulmanos (as populações das planícies do Sul da Albânia) do que dos eslavos cristãos. Sobre a consciência proto-nacional dos albaneses vale a pena ler o que diz Eric Hobsbawm, *Nations and Nationalism since 1780*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992, pp. 53-54 e 70.

<sup>19</sup> Noel Malcom, 1998, pp. 224-226.

<sup>20</sup> Vickers, 1998, p. 72.

<sup>21</sup> Noel Malcom, 1998, p. 196.

<sup>22</sup> A primeira Guerra Balcânica decorre entre Setembro e Dezembro de 1912 e opõe os Estados da Liga Balcânica (Sérvia, Montenegro, Bulgária e Grécia) à Turquia. A segunda Guerra Balcânica desenrola-se entre Junho e Agosto de 1913, e é desencadeada a pretexto do desacordo entre a Bulgária e os seus ex-aliados no tocante à partilha da Macedónia, e termina com a derrota dos búlgaros.

<sup>23</sup> Noel Malcom, 1998, p. 283.

<sup>24</sup> Citado por Tim Judah, 1997, p. 150.

<sup>25</sup> Noel Malcom, 1998, p. 296.

<sup>26</sup> A questão de saber se a Constituição de 1974 regulava ou não o direito das repúblicas à secessão nunca foi pacífica, tão denso e complexo era o texto constitucional. Como exemplo paradigmático dessa complexidade, o jornalista britânico Misha Glenny nota que em 1991, depois da demissão do Presidente da Federação, Boris Jovic, os decisores políticos jugoslavos demoraram mais de vinte e quatro horas só para tentar perceber o sentido das cláusulas referentes ao procedimento a seguir num caso daqueles. Ver Misha Glenny, *The Fall of Yugoslavia*. Harmondsworth: Penguin Books (2.a ed.), 1996b, p. 60.

<sup>27</sup> Noel Malcom, 1998, p. 323.

<sup>28</sup> Tim Judah, 1997, p. 157.

<sup>29</sup> Robert Thomas, *Serbia under Milosevic. Politics in the 1990s*. Londres: Hurst & Co, 1998, p. 426.

<sup>30</sup> Apesar desta atmosfera de intimidação, as emendas não foram aprovadas com os dois terços que a Constituição sérvia exigia.

<sup>31</sup> Tim Judah, «Kosovo's road to war», *Survival*, vol. 41, 1999, p. 11.

<sup>32</sup> Uma boa introdução ao pensamento político de Rugova e à estratégia de resistência pacífica do LDK até 1994 encontra-se em Ibrahim Rugova, *La Question du Kosovo*. Entretiens avec Marie Françoise Allain et Xavier Galmiche. Paris: Fayard, 1994.

<sup>33</sup> Tim Judah, 1999, p. 12.

<sup>34</sup> Para além do óbvio (a superioridade militar dos sérvios), o LDK resistia à linha da luta armada também por razões internas de equilíbrio entre as forças políticas albanesas.

<sup>35</sup> A Albânia vivia ainda sob um regime comunista (logo, menos susceptível às pressões internacionais), presidido por Ramiz Alia, o sucessor de Hoxha.

<sup>36</sup> Para estas questões veja-se o artigo de Marc Weller, «The Rambouillet Conference on Kosovo», *International Affairs*, 75, 2, 1999, em especial pp. 211-218. Noel Malcom, «Kosovo: Only Independent Will Work», *The National Interest*, 54, 1998/99, pp. 23-26, desdramatiza o reconhecimento da independência do Kosovo com argumentos sólidos.

<sup>37</sup> Para uma perspectiva histórica da «questão macedónia» (e para as implicações estratégicas de um conflito envolvendo o pequeno Estado balcânico), ver Misha Glenny, 1996b, pp. 248-262.

<sup>38</sup> A política das Administrações Bush e Clinton em relação ao Kosovo é dissecada no artigo de Mark Danner, «Endgame in Kosovo», *New York Review of Books*, 6 de Maio de 1999.

<sup>39</sup> Vickers, 1998, p. 268.

<sup>40</sup> Tim Judah, 1999, p. 12.

<sup>41</sup> Sobre as origens do UÇK vejam-se os artigos de Chris Hedges, «Kosovo's next masters?», *Foreign Affairs*, vol. 78, Maio-Junho, 1999, pp. 24-42, e de Tim Judah, «Inside the KLA», *New York Review of Books*, 10 de Junho de 1999.

<sup>42</sup> Chris Hedges, 1999, p. 39.

<sup>43</sup> Chris Hedges, 1999, p. 36.

<sup>44</sup> Michael Mandelbaum, «A perfect failure: NATO's war against Yugoslavia», *Foreign Affairs*, vol. 78, 1999, p. 5.

<sup>45</sup> Ver o artigo de Tim Judah, «Kosovo: peace now?», *New York Review of Books*, 12 de Agosto de 1999.

<sup>46</sup> Inicialmente, os países da União Europeia repudiaram vivamente a operação desencadeada pelo exército croata, e o mediador europeu para o conflito jugoslavo, o sueco Carl Bildt, exigiu que o Tribunal Internacional de Haia para Crimes de Guerra investigasse a decisão de Tudjman de bombardear Knin. A Administração Clinton, porém, acabaria por convencer os seus aliados europeus da importância da ofensiva croata na abertura de uma solução militar para o conflito bósnio, pelo que as críticas ao Governo de Zagreb rapidamente baixaram de tom.

<sup>47</sup> Citado por Robert Thomas, 1998, p. 6.

<sup>48</sup> Christopher Cviic, «The Serbian Exception», *International Affairs*, 75, 5, 1999, p. 641.